



COLÉGIO PEDRO II
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**CAROLINA BARROSO DO COUTO MOREIRA
GONÇALVES**

**A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE
AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS AOS
EDUCADORES ATUANTES NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Rio de Janeiro

2024

CAROLINA BARROSO DO COUTO MOREIRA GONÇALVES

A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS AOS EDUCADORES ATUANTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profº Drº Ricardo Fagundes Freitas da Cunha

Rio de Janeiro

2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

G635	<p>Gonçalves, Carolina Barroso do Couto Moreira</p> <p>A relevância da formação continuada sobre as práticas educacionais inclusivas aos educadores atuantes na educação profissional e tecnológica / Carolina Barroso do Couto Moreira Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2024.</p> <p>106 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.</p> <p>Orientador: Ricardo Fagundes Freitas da Cunha.</p> <p>1. Educação especial. 2. Educação profissional. 3. Educação tecnológica 4. Educação inclusiva. 5. Formação continuada. 6. Podcasts. I. Cunha, Ricardo Fagundes Freitas da. II. Colégio Pedro II. III Título.</p> <p>CDD 371.9</p>
------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



CAROLINA BARROSO DO COUTO MOREIRA GONÇALVES

A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCACIONAIS INCLUSIVAS AOS EDUCADORES ATUANTES NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Fagundes Freitas da Cunha
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Robson Costa de Castro
Colégio Pedro II

Prof^a. Dr^a. Aressa Egly Rios da Silveira
UNIRIO
Rio de Janeiro

2024



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



CAROLINA BARROSO DO COUTO MOREIRA GONÇALVES

PODCAST: EDUCAST PROFEPT

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 29 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Fagundes Freitas da Cunha

Colégio Pedro II

Orientador

Prof. Dr. Robson Costa de Castro

Colégio Pedro II

Prof^a. Dr^a. Aressa Egly Rios da Silveira

UNIRIO

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por permitirem concluir meus objetivos, me concedendo fé, força e coragem nos momentos de tempestade, quando tudo parecia ser impossível.

A razão do meu viver, minha filha Rosa do Couto M. Gonçalves, a quem dedico inteiramente esta dissertação em forma de resistência e poder que o conhecimento é capaz de nos proporcionar.

Aos meus amados pais, Aloízio Vasconcelos do Couto (*in memoriam*) e Jupirinéa Barroso do Couto que sempre batalharam para que eu pudesse ter uma educação de qualidade e são meu porto seguro. Em especial a minha mãe que nesta caminhada segurou a minha mão e esteve ao meu lado a cada passo. Mãe, seu exemplo de amor, resiliência e carinho me faz ser uma mulher responsável, grata e amorosa todos os dias.

A minha querida irmã Clarisse Barroso do Couto, minha grande parceira, que sempre está ao meu lado, ajudando-me a ser uma pessoa melhor.

Ao meu esposo, Robson Moreira Gonçalves (*in memoriam*) que em meio a doença em estágio avançado, me apoiou incondicionalmente a realização deste mestrado profissional, desde a inscrição até alguns dias antes de sua efêmera partida.

A minha família e amigos da Escola Municipal Mato Grosso sempre pacientes, bons ouvintes e pela compreensão durante a realização dessa pesquisa.

As minhas tias Julciná Barroso e Julcinéa Barroso Lira de Jesus (*in memoriam*), exemplos de mulheres fortes e que sempre me apoiaram em todas as decisões da minha vida.

Ao meu orientador, Prof^o Dr^o Ricardo Fagundes, por toda a dedicação, paciência e partilhamento de conhecimentos, que foram fundamentais para construção desta pesquisa. Reitero minha fala: “Você é um orientador excelente!”

Aos amigos da turma do ProfEPT 2022 do Colégio Pedro II, por todos os momentos que compartilhamos juntos ao longo dessa jornada com muito carinho.

E aos professores do ProfEPT, pelos ensinamentos.

“A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem”.
(Paulo Freire, 2015)

RESUMO

GONÇALVES, Carolina Barroso do Couto Moreira. Título: **A relevância da formação continuada sobre as práticas educacionais inclusivas aos educadores atuantes na Educação Profissional e Tecnológica**. 2024 Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

No processo de democratização e do acesso à educação básica pelos alunos com necessidades especiais específicas, ensinar e aprender é uma relação humana entre professor e aluno em que é fundamental adotar medidas que promovam a inclusão e garantam o respeito e a valorização da diversidade. Tomando por base este princípio, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a relevância da formação continuada dos educadores atuantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com enfoque na educação especial e inclusiva, objetivando a promoção da igualdade de oportunidades de aprendizado e contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e igualitária. O processo metodológico foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica cujo escopo foram as 47 dissertações do Programa em Rede Nacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) entre os anos 2019 e 2022 que trazem a temática da educação especial na Educação Profissional Tecnológica, e da elaboração e aplicação de um questionário a educadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), a fim de investigar a relevância da formação continuada na atuação desses profissionais no desenvolvimento de práticas que possibilitem uma educação mais inclusiva e justa à sociedade no âmbito da EPT. Os resultados evidenciam que o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) é amplamente reconhecido pelos educadores, demonstrando um entendimento claro de sua importância na promoção de práticas pedagógicas inclusivas eficazes. Além disso, também se evidenciou lacunas significativas na formação inicial dos educadores. A partir dessa pesquisa, foram apontadas reflexões de um compromisso institucional a respeito da importância da formação continuada que se apresenta como uma ferramenta essencial para suprir essas lacunas, capacitando o educador para lidar com a diversidade, garantindo práticas pedagógicas que promovam a equidade e a participação plena de todos os discentes no processo educacional. O produto educacional elaborado foi o podcast Educast ProfEPT, trazendo conversas com egressos do ProfEPT, autores de algumas das dissertações analisadas na pesquisa bibliográfica deste trabalho. O podcast se encontra disponível na plataforma de áudio Spotify. Ademais, espera-se que a pesquisa possa contribuir como motivação para contínua busca por conhecimentos, a fim de cumprir de forma eficaz os princípios da educação na perspectiva inclusiva, previstos nas legislações vigentes do país.

Palavras-chave: educação especial; inclusão; educação profissional e tecnológica; formação continuada; podcast.

ABSTRACT

GONÇALVES, Carolina Barroso do Couto Moreira. Title: **The relevance of ongoing education on inclusive educational practices for educators working in Professional and Technological Education**. 2024 (Professional Master's Degree in Professional and Technological Education) – Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

In the process of democratization and access to basic education for students with specific special needs, teaching and learning is a human relationship between teacher and student in which it is essential to adopt measures that promote inclusion and ensure respect and appreciation for diversity. Based on this principle, the present research aims to investigate the relevance of ongoing training for educators working in Vocational and Technological Education (VTE), with a focus on special and inclusive education, aiming to promote equal learning opportunities and contributing to the construction of a more equitable and fair society. The methodological process was developed through a bibliographic research, whose scope included 47 theses from the National Network Program of the Professional Master's in Vocational and Technological Education (ProfEPT) between the years 2019 and 2022, which addressed the theme of special education in Vocational and Technological Education, and the creation and application of a questionnaire to educators from the Federal Network of Vocational, Scientific, and Technological Education (RFEPCT), in order to investigate the relevance of ongoing training in the practices of these professionals, aiming at a more inclusive and just education for society within the scope of VTE. The results show that the Center for Support to People with Special Needs (NAPNE) is widely recognized by educators, demonstrating a clear understanding of its importance in promoting effective inclusive pedagogical practices. Moreover, significant gaps in the initial training of educators were also identified. From this research, reflections were raised regarding institutional commitment to the importance of ongoing training, which is presented as an essential tool to fill these gaps, enabling educators to deal with diversity and ensure pedagogical practices that promote equity and full participation of all students in the educational process. The educational product developed was the Educast ProfEPT podcast, featuring conversations with ProfEPT graduates, authors of some of the theses analyzed in the bibliographic research of this work. The podcast is available on the audio platform Spotify. Furthermore, it is expected that the research will serve as motivation for the continuous pursuit of knowledge, in order to effectively fulfill the principles of education from an inclusive perspective, as provided by the current legislation of the country.

Keywords: special education; inclusion; professional and technological education; ongoing education; podcast.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CPII - Colégio Pedro II

EMI - Ensino Médio Integrado

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IFs - Institutos Federais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEE - Necessidades Educacionais Específicas

PAEE - Público Alvo da Educação Especial

PcD – Pessoa com Deficiência

PEI - Plano Educacional Individualizado

PE - Produto Educacional

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PROFEPT - Programa em Rede Nacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SBF Sociedade Brasileira de Física

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SME - Secretaria Municipal de Educação

TAE - Técnicos em assuntos educacionais

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. MOTIVAÇÃO	12
2. INTRODUÇÃO.....	14
2.1 OBJETIVO GERAL	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
2.3 QUESTÕES DE PESQUISA.....	18
2.4 JUSTIFICATIVA	19
3. REFERENCIAL TEÓRICO	21
3.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL	21
3.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA	27
3.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	36
4. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	40
4.1 SOBRE A ANÁLISE EXPLORATÓRIA	42
4.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	44
4.3 COLETA DE DADOS, POPULAÇÃO E AMOSTRA	58
5. ANÁLISE DE DADOS	60
6. PRODUTO EDUCACIONAL.....	77
7. CONCLUSÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	98
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO AOS EDUCADORES DA RFEPCT	102
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO AOS EGRESSOS DO PROFEPT	106

1. MOTIVAÇÃO

Ao longo das últimas décadas a educação inclusiva vem conquistando cada vez mais espaço, consequência de lutas incansáveis dos responsáveis dos alunos e dos profissionais da educação, que refletem em políticas públicas. O direito por uma educação especial na perspectiva inclusiva é um movimento social que busca garantir o direito à educação a todos os cidadãos, assegurando

[...] a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

Com a chegada de alunos especiais no ensino regular, a escola tem se tornado desafiadora e o movimento da educação inclusiva construído um novo contexto educacional com a reelaboração de um novo currículo e prática educacional. Sendo assim, a formação docente também precisou ser reestruturada para acompanhar esse movimento e garantir uma educação de qualidade promovendo autonomia, desenvolver diversas habilidades e valorizar as singularidades do aluno, promovendo uma formação profissional e a conquista do seu espaço no mundo do trabalho.

A formação continuada é um recurso em prol da educação, no qual os educadores devem se apropriar para fazer a diferença na sociedade inclusiva, pois a mesma desempenha um papel importantíssimo e uma visão crítica do educador acerca do contexto escolar e da inclusão social (OLIVEIRA, 2017, p. 15).

A minha atuação profissional se dá na Secretaria Municipal da cidade do Rio de Janeiro, como professora da educação básica, desde 2003. Em 2015, assumi a coordenação pedagógica da Escola Municipal Mato Grosso, localizada no bairro de Irajá, que atende alunos desde o Maternal II até o 5º ano do Ensino Fundamental, Classe Especial e EJA. Nessa unidade escolar, tenho a oportunidade de aprender a cada dia, a cada situação, com os atuais 54 alunos inseridos na educação especial, decidindo, em equipe, as ações necessárias para que a inclusão seja

verdadeiramente uma prática diária promovida pelos docentes e profissionais lotados nesta unidade.

As demandas de ordem administrativas e pedagógicas oriundas desse público-alvo, que são constantes e diversas, me fizeram perceber a necessidade de estar sempre estudando, em formação contínua. Objetivando melhor assistir os estudantes, começamos a utilizar os espaços que nos eram destinados ao estudo docente, promovendo palestras com profissionais que atendem a educação especial, e ao estudo de leis que norteiam a educação especial. Em paralelo, sigo estudando e participando dos cursos de formação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Entretanto, apesar de todas essas ações e de muitos anos de prática em salas de aula, a constante reflexão sobre o meu fazer docente, especialmente na educação especial, me fez perceber a necessidade de retornar à academia, de dialogar com os pares, trocar experiências e saberes, aprender mais com a literatura da área e desenvolver um trabalho de pesquisa. Nesse sentido, enxerguei no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Colégio Pedro II uma possibilidade concreta de alcançar esses meus objetivos, que culminam, mas não se cessam, nesta dissertação.

Refletindo a partir das palavras de Paulo Freire (1997) “Em que todo conhecimento é inacabado, é um processo contínuo que incorpora novos elementos”, percebo que os profissionais do magistério demonstram interesse nessas formações, pois resulta na melhoria qualitativa no processo de aprendizagem e nas interações sociais desses alunos, pois é na prática que os saberes se confirmam, se ampliam e se modificam. Pode-se concluir, em outras palavras, que é mais provável que o professor que se entende enquanto pesquisador, pesquisador de sua própria prática, que segue estudando, em formação contínua, demonstre práticas educativas mais adequadas às individualidades do seu aluno, promovendo a valorização das suas potencialidades e a inclusão. O mesmo se estende para técnicos em assuntos educacionais (TAE) e gestores escolares que seguem suas trajetórias de estudo e pesquisa.

Sendo assim, espero que esta pesquisa, inserida no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), possa aprimorar a minha atuação profissional e a de outros profissionais da educação, impactando positivamente na formação de cidadãos com necessidades específicas para o mundo do trabalho.

2. INTRODUÇÃO

A implementação de uma política de educação inclusiva de formação de professores busca desenvolver uma base sólida de educadores capacitados e comprometidos com a promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Essa política enfatiza a importância de integrar os princípios da inclusão nas etapas de formação inicial e continuada dos professores, incorporando conteúdos às necessidades da educação especial, às adaptações curriculares e às estratégias de ensino que promovam a emancipação dos indivíduos e grupos sociais:

O Estado deve assegurar a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio e a inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento. (BRASIL, 2015)

As políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência alcançaram grandes avanços e por este motivo, a cada dia se mostra mais que necessário a produção de ações que proporcionem uma formação continuada de qualidade aos profissionais que atendem ao público da educação especial. Com as leis que garantem este ingresso no sistema regular de ensino, intensifica-se as indagações em relação à instrução docente no desempenho das práticas educacionais efetivas. Nesse sentido, a presente pesquisa é centrada em um estudo sobre a formação continuada dos educadores para atuação com estudantes da educação especial no âmbito da EPT, a partir de uma fundamentação teórica que se relaciona ao contexto da escola, percebendo a importância da formação continuada como desenvolvimento profissional.

Segundo Oliveira (2017), a formação contínua do educador é imprescindível, pois através dela o mesmo será capaz de promover uma prática pedagógica primordial na promoção social do aluno com necessidades educacionais especiais a fim de desenvolver habilidades de pensamento crítico e social promovendo uma inclusão social responsável acolhendo as diferenças com ética e democracia.

Já Luckesi (2015) ressalta que a relação professor-aluno é fundamental para o desenvolvimento educacional e faz muita diferença nas relações sociais, emocionais, culturais e afetivas que resultam em um objetivo que vai além da sala

de aula: garantir a inclusão e fortalecer os laços do educando ao sistema educacional.

Essas reflexões trazidas por Oliveira (2017) e Luckesi (2015) se tornam ainda mais necessárias na formação de cidadãos para o mundo do trabalho, como destaca Ferreira e Cordeiro (2019). Para o professor, a ideia no ensino dos conteúdos ministrados na EPT não é apenas preparar o aluno para uma profissão específica, mas sim desenvolvê-lo integralmente, para que ele compreenda seu papel na sociedade, sendo assim é essencial promover formação continuada para que capacitado, o professor, compreenda a essência da educação profissional tecnológica.

Machado (2011) destaca que a formação de professores na EPT enfrenta diversos desafios diante das novas necessidades político-pedagógicas em que se destacam os diálogos com o mundo do trabalho e educação geral, abordagens interdisciplinares e interculturais, integração de tecnologia, ciência e cultura, além de processos abrangentes de contextualização e principalmente considerar o trabalho como princípio educativo e empoderador do educando.

Segundo Fabrício, Souza e Gomes (2007), o professor inclusivo é o resultado de um profissional que se percebe em um mundo educacional em transformação, que precisa atender os seus alunos dentro de suas especificidades. Resultado esse, inacabado, pela própria concepção do professor-pesquisador, em contínua formação, em busca de novas práticas educacionais, concepções e materiais que integrem os alunos à nova realidade. O professor inclusivo compreende que todo aluno é capaz de se colocar no mundo do trabalho e, assim, se integrar à sociedade, respeitando sempre as suas individualidades.

Em paralelo, se faz necessário refletir sobre a realidade dos professores frente às dificuldades encontradas para realizar um atendimento inclusivo, na construção de um ensino capaz de atender as diversidades trazidas pela inclusão escolar. É necessário e urgente ações que visem melhorar a qualidade da educação, valorizando o papel dos professores e garantindo que eles tenham condições necessárias para oferecer uma educação de qualidade aos estudantes, tais como: elaboração e revisão pelo governo de políticas educacionais para estudantes inseridos na educação especial, bem como a prática efetiva de tais leis e fiscalização; promoção de programas de formação inicial e continuada para professores, garantindo que eles estejam bem preparados para enfrentar os desafios da educação

especial e inclusiva; e o fornecimento de ferramentas para o desenvolvimento de habilidades que auxiliem o professor a construir com os alunos a integração na comunidade escolar.

Existem entidades que atuam nesse sentido, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que promove a educação como um direito humano fundamental. Por meio de programas e projetos, a UNESCO busca fomentar o desenvolvimento de políticas educacionais destinadas aos docentes, garantindo que sejam eficazes e atendam as necessidades dos alunos, como por exemplo: Diversidade na Educação: experiências de formação continuada de professores e tornar a educação inclusiva. Para além, as universidades e os institutos federais espalhados por esse país, a Sociedade Brasileira de Física (SBF) e outras instituições também promovem cursos presenciais e a distância voltados para formação inicial e continuada de professores.

A questão é que muitos professores não conseguem continuar seus estudos, por excesso de carga de trabalho e, em muitas escolas, não há estrutura para oferecer um bom atendimento inclusivo (setor especializado em atendimento a pessoas com necessidades específicas, carga horária docente disponível para um melhor atendimento, tradutores de libras e impressora braile, por exemplo). Sendo assim, se faz necessário reforçar a necessidade de políticas que promovam uma formação continuada dos docentes e demais profissionais da área de educação, e também a promoção de ações que possibilitem concretamente uma educação inclusiva. E para garantir a consolidação de ações inclusivas na instituição, é necessário que os gestores se mobilizem em estratégias a serem viabilizadas e implementadas, objetivando o acesso, a permanência e êxito escolar do público da Educação Especial. E aos professores e demais funcionários uma sensibilidade no atendimento a este grupamento que carrega diferentes realidades e estão na escola em busca de formação para melhoria do trabalho e conseqüentemente seu posicionamento na sociedade.

Importante trazer aqui, para além das discussões sobre formação continuada e educação inclusiva, um breve panorama sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que possui uma história secular de construção e está marcada por muitas transformações. O objetivo aqui é apenas situar a leitora/o leitor quanto ao contexto deste trabalho.

No início, a EPT era destinada a quem estava às margens da sociedade e preparava mão de obra para o mercado de trabalho. Hoje se configura uma estrutura importante, pois como está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é uma modalidade que contribui para a qualificação do jovem ou adulto para o mundo do trabalho.

A EPT engloba cursos de habilitação técnica, qualificação profissional, graduação tecnológica e de pós-graduação, entendendo o trabalho como princípio educativo. Apresenta integração com os diferentes níveis e modalidades da educação às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2005).

Em se tratando especificamente da educação básica, estão inseridos no contexto da EPT os cursos técnicos integrados ao ensino médio (Ensino Médio Integrado - EMI), os cursos técnicos concomitantes ao ensino médio e os cursos técnicos subsequentes. Essas três modalidades de ensino são oferecidas tanto na esfera pública (rede estadual e federal de educação) quanto na privada (e.g., Sesi, Senai e Senac, organizações pertencentes ao Sistema S).

A educação profissional e tecnológica necessita compreender o que é inclusão, e quais meios são fundamentais para implementá-lo, precisa definir e conhecer o público alvo a ser incluso na sua escola, formar equipes de apoio adequado à execução de atividades socializadoras, onde sensibilize e conscientize os alunos da escola quanto à convivência na diversidade.

No mais, espera-se que, por meio dessa pesquisa, seja possível compreender como as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades dos educandos para serem inseridos no mundo do trabalho, valorizando a importância dos professores e garantindo que eles tenham condições necessárias para oferecer uma educação de qualidade aos estudantes.

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a relevância da formação continuada no desenvolvimento profissional dos educadores, possibilitando, no contexto da EPT, uma educação mais inclusiva, proporcionando aos estudantes com necessidades específicas uma melhor formação para o mundo do trabalho.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I – Pesquisar e analisar os avanços, limites e resultados da política de formação continuada aos educadores na área da educação especial;

II - Compreender as possibilidades e desafios enfrentados pelos educadores no espaço educacional inclusivo;

III - Descrever o perfil de profissionais atuantes na EPT sobre as teorias pedagógicas e estratégias didáticas mediante as necessidades específicas dos alunos;

IV - Elaborar um produto educacional (PE) no formato de *podcast*, dialogando com egressos do ProfEPT cujas pesquisas foram dedicadas a práticas inclusivas na educação profissional e tecnológica.

2.3 QUESTÕES DE PESQUISA

Conforme dito anteriormente, o objetivo geral deste trabalho é investigar contribuições da formação continuada de educadores atuantes na EPT frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino médio profissional. Sendo assim, a questão que se pretende responder com esta pesquisa é: De que forma a formação continuada dos educadores impacta na formação de estudantes com necessidades específicas?

Para responder essa questão tão ampla, com diversas possibilidades de respostas, a depender do viés de análise, esta pesquisa se voltará para os trabalhos realizados no ProfEPT.

Portanto, essa questão de pesquisa será respondida com a investigação de outras três questões mais específicas. Entendendo que a formação continuada dos docentes, formal e informal, desempenha um papel fundamental na capacitação dos professores para desenvolverem práticas pedagógicas inclusivas, quais são as contribuições apresentadas nas dissertações do ProfEPT no âmbito da educação inclusiva na EPT? Essas pesquisas foram pontuais ou continuam sendo aplicadas e aprimoradas? Para além, pretende-se responder o que os docentes e educadores dos cursos de Ensino Médio Integrado do Colégio Pedro II e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entendem sobre ensino inclusivo nesse contexto de atuação? Esse questionamento inclui o conhecimento sobre diferentes

necessidades educacionais especiais, estratégias de ensino diferenciadas, adaptação de materiais e avaliação adequada para os alunos.

Uma hipótese é que possíveis incertezas e dúvidas dos docentes possam ter sido objetos de estudos de egressos do ProfEPT, indicando que a formação continuada (formal e informal) contribui para uma melhor prática profissional. Ademais, perguntas que ainda não foram exploradas de forma concreta podem ser questões de pesquisas futuras.

Sendo assim, se faz necessário investir em programas de formação continuada que ofereçam oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional aos professores, abordando especificamente as questões relacionadas à inclusão, além das políticas que, no Brasil, asseguram o direito à escolarização do aluno público alvo da educação especial.

A formação continuada dos docentes à inclusão é um processo contínuo, uma vez que as necessidades dos alunos e as abordagens pedagógicas evoluem ao longo do tempo. É essencial investir nessa área para garantir que os professores estejam preparados para oferecer uma educação inclusiva e de qualidade a todos os alunos.

2.4 JUSTIFICATIVA

No Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado em 2001 é previsto “garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.” Assim como em destaque o artigo 61 inciso I e II da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9.394/96 (Brasil, 1996), que enfatiza que os professores deveriam realizar: “I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.”

Sendo assim, todos os educadores deveriam ter acesso, por dever e direito, à formação continuada. Em se tratando da Educação Especial, é importante também que as instituições de ensino forneçam condições de trabalho, com ações permanentes, infraestrutura e estrutura de pessoal para proporcionar uma melhor inclusão. Em adição, estar com o aluno em sala de aula não é o suficiente para garantir uma efetiva inclusão. É necessário um estudo sobre a condição do discente e de políticas públicas que promovam a execução do currículo integrado, o que em sua

maioria fica à responsabilidade do professor e da equipe pedagógica da Unidade Escolar.

Portanto, esta pesquisa se justifica pelo fato de pretender apontar as delimitações da atual política de inclusão, identificando as fragilidades e desafios na prática, além de buscar compreender, por meio dos trabalhos desenvolvidos no ProfEPT, os impactos da formação continuada na promoção de uma educação de qualidade para a formação integral de pessoas com necessidades específicas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL

O principal objetivo da Educação Especial é garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade adaptadas às suas necessidades individuais. É importante destacar que a Educação Especial esteja alinhada ao princípio da Educação Inclusiva, em que o objetivo é promover a participação na vida escolar e na sociedade buscando sua plena inclusão social.

A Educação Especial desempenha um papel fundamental na garantia de oportunidades educacionais equitativas e de qualidade para todos os alunos, independente de suas necessidades específicas. É uma abordagem que valoriza a diversidade e promove o respeito à inclusão e o desenvolvimento integral de cada aluno.

Neste sentido, vale reconhecer a importância dessas problematizações sobre a incidência da política de educação inclusiva no cenário educacional brasileiro enquanto indutoras de novas e promissoras reflexões que darão sustentação ao projeto de recriação da escola.

O professor do ensino da educação inclusiva regular necessita de adquirir formação para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente, centradas nessas características (BUENO, 1999).

E ainda:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL, CNE/CEB, 2001).

Promover um ambiente inclusivo significa acolher e valorizar a diversidade respeitando as características individuais de cada aluno. A inclusão é um princípio-chave na Educação Especial, buscando garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais. Isso envolve criar um ambiente de aprendizagem que seja receptivo, se adaptando às necessidades individuais, que visa capacitar e tornar cidadãos autônomos e participativos na sua aprendizagem. É preciso reconhecer que cada um aprende de uma forma e num ritmo próprio, respeitar a diversidade significa

dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adaptações necessárias.

O princípio básico deste modelo é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade mais inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994, *apud* GLAT, 2007, p. 16).

Cabe às instituições de ensino, aos educadores e à sociedade como um todo promoverem ações e políticas que assegurem a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento educacional de todos os estudantes, independentemente de suas características e necessidades específicas.

Paulo Freire é um referencial teórico fundamental para o enfoque nesta pesquisa que propõe uma concepção de educação humanista e libertária, baseada na autonomia do estudante, na valorização de sua capacidade de pensar, na busca pelo desenvolvimento de sua consciência social. Segundo Freire (1997), a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimentos e se tornar um processo de construção coletiva de saberes, no qual o estudante é protagonista de suas aprendizagens. Nessa perspectiva, o professor deixa de ser o detentor absoluto do saber e passa a ser um mediador, facilitador e estimulador do pensamento crítico dos alunos. Em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, Freire (1997) enfatiza a importância da práxis, ou seja, da reflexão e da ação conjuntas, como forma de transformação social. Freire (1997), acredita que a educação deve ser libertadora, permitindo que os estudantes sejam agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação inclusiva, por sua vez, defende o direito de todas as pessoas à educação de qualidade, independentemente de suas habilidades, características ou condições. Ela busca garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação equitativa e significativa, promovendo a igualdade de oportunidades.

Quando combinadas, a pedagogia da autonomia e a educação inclusiva podem transformar o processo educacional, possibilitando que cada aluno desenvolva seu potencial máximo. A pedagogia da autonomia permite que os estudantes sejam protagonistas de seu próprio aprendizado, encorajando-os a explorar, questionar e construir conhecimento de forma ativa, ao passo que a educação inclusiva assegura que nenhum aluno seja deixado para trás. Ela reconhece as diferentes formas de

aprender e valoriza a diversidade, adaptando o currículo, a metodologia e os recursos para atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso implica em oferecer suporte adicional quando necessário, como recursos de acessibilidade, adaptações curriculares e estratégias de ensino diferenciadas.

A combinação dessas abordagens promove uma educação verdadeiramente inclusiva e empoderadora. Os estudantes têm a oportunidade de aprender de acordo com suas próprias habilidades e interesses, enquanto se beneficiam de um ambiente acolhedor, respeitoso e colaborativo.

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), artigo 205, a Educação é um direito de todos e dever do Estado, que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, entre outros. A legislação brasileira garante indistintamente a todos o direito à escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento deve ser oferecido no ensino regular.

O aluno deve ser matriculado em escola comum, convivendo com quem não tem deficiência e, caso seja necessário, tem o direito de ser atendido no contraturno em uma dessas classes ou instituições, cujo papel é buscar recursos, terapias e materiais, para ajudar o estudante a ir bem na escola comum. Em 2001 foi assinado o Decreto nº 3.956 (Convenção de Guatemala) que põe fim às interpretações confusas da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao ensino básico é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-os unicamente em escolas ou classes especiais, fere a convenção e a Constituição.

Segundo a LDB em vigor, no artigo 59, os locais de ensino devem proporcionar ao educando com necessidades especiais todos os recursos para o seu desenvolvimento, assim como profissionais com formação suficiente para o atendimento especializado e para a integração desses educandos nas classes comuns.

Para lecionar na Educação Infantil ou Ensino Fundamental I Anos Iniciais é preciso ter curso de formação de professores – nível Médio na modalidade Normal, Normal Superior ou nível superior em Pedagogia com Licenciatura com habilitação na educação infantil e nas séries iniciais do ensino Fundamental I (BRASIL, 1996). Para

lecionar no Ensino Fundamental II ou Ensino Médio, é necessário ter concluído a Licenciatura Plena em qualquer área ou bacharelado que tenha feito complementação pedagógica. (BRASIL, 1996)

Em relação à atuação na EPT na educação básica há uma “flexibilidade” quanto à formação necessária, como aponta Costa e Filho (2018), legitimada por meio da Lei nº 13.415/2017, sancionada no governo Temer. O artigo 61, inciso IV desta Lei explicita a necessidade apenas do “notório saber” para atuar na EPT:

[...] profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 (BRASIL, 2017).

O inciso V do artigo 36 da LDB citado no inciso IV do artigo 61 traz justamente a formação técnica e profissional como itinerário formativo presente no Novo Ensino Médio, promulgado também no governo Temer.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: (BRASIL, 2017).

V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

Se uma parte da EPT se faz presente no nível médio, como a lei pode exigir apenas um “notório saber” para quem vai atuar nas disciplinas técnicas na formação técnica e profissional de estudantes de nível médio?

A educação fornecida para filhos da classe trabalhadora é historicamente diferente da educação dos filhos das classes dominantes. Aos filhos dos trabalhadores, pretendia-se formar novos trabalhadores, para atender a demanda do mercado (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012). Já para a classe dominante, o objetivo era o acesso à universidade. A EPT foi, nesse sentido, uma conquista histórica, capilarizada pela expansão dos institutos federais nos governos Lula e Dilma.

Diante dessa perspectiva, o Novo Ensino Médio e o inciso IV do artigo 61 da Lei 13.415/2017 se apresentam como um retrocesso às conquistas da educação nacional, retomando o dualismo histórico entre a formação propedêutica e a formação para o trabalho.

Em relação às necessidades legais para atuação na educação especial, a lei de diretrizes e bases, em seu artigo 59, na linha III, diz “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;” (BRASIL, 1996). Observa-se que a lei prevê essa formação adequada, e nos currículos dos cursos de licenciaturas já foram incluídos alguns componentes curriculares específicos da educação especial, como a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória, desde 2005, nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005). Contudo, essa inserção curricular de um tópico da educação especial ainda está longe de ser o suficiente.

Embora registre a terminologia ‘Integração’, os professores e pesquisadores já compreendiam como inclusão. Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em 2008, se estabelece um conjunto de diretrizes que busca garantir o acesso, a participação e aprendizagem de todos os alunos independente de suas diferenças. Essa política enfatiza a importância da matrícula dos estudantes com deficiência nas escolas comuns e a oferta de recursos e apoios necessários para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento pleno desses alunos. Além disso, busca a formação continuada dos profissionais da educação, a adaptação dos currículos e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

A PNEEPEI busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características, tenham igualdade de oportunidades e sejam incluídos no ambiente educacional, valorizando a diversidade e promovendo uma sociedade mais inclusiva.

Importante ressaltar que garantir a inclusão dos estudantes não é simplesmente garantir, por vias legais, o acesso de todos às escolas. É necessário um ambiente acolhedor, adaptado e que respeite a diversidade, além de oferecer suporte e oportunidades para que todos os alunos participem plenamente do processo de aprendizagem.

A inclusão também requer a eliminação de barreiras físicas, sociais e educacionais que possam impedir certos grupos de alunos, como aqueles com

deficiências ou de origens socioeconômicas desfavorecidas, de se beneficiarem plenamente da educação. Isso pode incluir a disponibilidade de recursos adequados, a adaptação de práticas pedagógicas e a promoção de uma cultura inclusiva na escola.

Portanto, o acesso à escola é apenas o primeiro passo para a inclusão. É necessário um esforço contínuo para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e se sintam valorizados e incluídos em suas comunidades educacionais.

Em virtude dos novos discursos a respeito da educação inclusiva, a escola vem sofrendo com profundas transformações em todos os âmbitos, o que exige repensar sobre o que se pode e o que se deve fazer na escola, para construir um mundo mais justo e humano. Devemos repensar uma nova organização de trabalho pedagógico, novas propostas necessitam ser feitas com a compreensão de todos e de um planejamento inclusivo. Mas, para isso, o planejamento necessita ser participativo para incluir toda a comunidade escolar, e chamá-los para participar do currículo escolar.

É fundamental que os educadores se envolvam diretamente com a realidade, procurando saber o cotidiano dos alunos, para compreender as necessidades deles, para assim estimular a discussão da prática pedagógica e de uma forma mais abrangente conseguir suprir com muita criatividade as necessidades de seus educandos e também de seus professores.

Cabe ao docente encontrar alternativas viáveis para prática inclusiva não só dos alunos, mas do professor também, e ajudá-los a encontrar estratégias adequadas para uma educação de ensino aprendizagem que contemple as diversidades.

Mantoan (2003) cita vários exemplos de instruções que são importantes para os gestores pedagógicos. Entre eles, destacam-se: auxiliar os professores na identificação das necessidades educacionais especiais (NEE) apresentadas pelos alunos; auxiliar os professores no desenvolvimento de metodologias de ensino diferenciadas; possibilitar aos professores momentos de reflexão em relação aos processos educacionais inclusivos; elaboração de currículos dinâmicos, flexíveis e adaptáveis, que permita ajuste ao fazer pedagógico de acordo com as necessidades dos alunos.

A educação inclusiva implica em um modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, onde os mecanismos de seleção e

discriminação, até então utilizados por diversas instituições de ensino, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (GLAT, 2007)

Nesse sentido, uma escola inclusiva precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Uma proposta de educação inclusiva implica, portanto, em um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais (MANTOAN, 2003).

Ao considerarmos um espaço democrático e inclusivo, queremos dizer em um espaço que há lugar para todos, sem exceção, ou seja uma educação de qualidade acessível a todos, independente das diferenças que apresentarem, dando a todos possibilidades de ensino, de realização pessoal e social, pois o gestor necessita demonstrar em suas ações que reconhece o cidadão como um sujeito de direitos.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação de professores desempenha um papel crucial na construção de uma educação de qualidade, pois os professores são agentes fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. Uma formação adequada e atualizada contribui para o desenvolvimento das competências necessárias para enfrentar os desafios educacionais e promover uma educação significativa e transformadora. É um aspecto fundamental para o desenvolvimento da educação de qualidade. Ela envolve a preparação teórica, prática e pedagógica dos indivíduos que desejam se tornar professores, capacitando-os para exercerem sua função educativa de forma eficaz.

A Formação Continuada é um espaço de produção de novos conhecimentos, de troca de diferentes saberes, de repensar e refazer a prática do professor, da construção de competências do educador. O saber ou conhecer pressupõe compreender, analisar e utilizar profissionalmente os novos dados e descobertas cujo acesso lhes é possibilitado.

Carvalho e Gil-Pérez (2011) utilizam o termo “formação permanente”, assim como Freire (1997), entendendo a necessidade permanente das atividades de

pesquisa e inovação, uma vez que a formação inicial é, e sempre será, insuficiente. A autora e o autor justificam a insuficiência da formação inicial de professores (aqui, ampliando para demais educadores, como pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e gestores escolares) por meio de três argumentos (CARVALHO; GIL-PÉREZ, 2011, p. 77):

i) “muitos dos problemas que devem ser tratados não adquirem sentido até que o professor se depare com eles em sua própria prática”. Esse argumento pode ser estendido no sentido que é impossível dar conta de responder todos os questionamentos da profissão na graduação;

ii) “As exigências de formação são tão grandes que tentar cobri-las no período inicial conduziria ou a uma duração absurda, ou a um tratamento absolutamente superficial”;

iii) “uma formação docente realmente efetiva supõe a participação continuada em equipes de trabalho e em tarefas de pesquisa/ação”. Grupos de pesquisa com representantes de diversos setores escolares que visam responder questões da prática são um exemplo de atividades que devem permear a vida profissional de educadores.

Por esses motivos, Carvalho e Gil-Pérez apontam a importância não de ampliar a formação inicial, mas sim em estabelecer estruturas de formação permanente.

Essa compreensão da permanente necessidade de pesquisa e inovação como parte da profissão de um educador se encontra escancarada na bibliografia de Paulo Freire. Ensinar é uma atividade que exige pesquisa e dedicação constante. Freire (1997) destaca a importância da pesquisa como ferramenta fundamental para prática docente. O professor é aquele que ensina e também aprende. É necessário ser ético e aberto a nossos pensamentos e ideias. “Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente” (FREIRE, 1997, p. 28).

O ato de ensinar não pode ser desvinculado do processo de aprender e a pesquisa é uma forma de expandir conhecimento e ampliar a prática educativa. Ao pesquisar, os professores podem atualizar-se sobre novas concepções, na garantia de uma educação mais efetiva e significativa para os estudantes.

O professor-pesquisador (ampliando aqui para todos os demais educadores) tem a oportunidade de aprofundar o conhecimento, principalmente em sua área de

especulação, podendo explorar diferentes metodologias, teorias educacionais relevantes e avaliar a eficácia das estratégias de ensino utilizadas em sala de aula.

Além disso, a pesquisa permite identificar suas necessidades individuais e coletivas, adaptando o ensino no atendimento a essas necessidades. O professor que promove autonomia é aquele que ensina e aprende, e promove o pensamento crítico aquilo que ainda não foi conhecido. Ainda segundo Freire,

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1997, p. 14)

Segundo Fabrício, Souza e Gomes (2007), ser um pesquisador garante ao professor a possibilidade de se colocar no lugar de discente. Estar em contato com seu modo de aprender oportuniza a reaprender, reestruturar, discutir, revisar, corrigir, incorporar novos conhecimentos, ampliar seus referenciais promovendo um ambiente educacional mais inclusivo, motivador e eficaz no processo de aprendizagem.

O saber é um processo dinâmico e em constante evolução. É importante estar aberto ao aprendizado contínuo, cultivar a "*curiosidade epistemológica*" e estar disposto a questionar e atualizar as ideias à medida que novas informações surgem.

Essa disposição para aprender é especialmente relevante na prática docente. Os professores desempenham um papel fundamental na transmissão do conhecimento aos alunos, mas para cumprir essa responsabilidade, os professores devem se manter atualizados sobre os desenvolvimentos em seu campo de ensino, adaptar suas práticas de ensino e buscar abordagens pedagógicas que atendam as necessidades dos alunos e promovam aprendizagem significativa.

No que se refere ao saber docente, Ludke (2001) enfatiza a importância do conhecimento especializado dos professores, que vai além do domínio dos conteúdos acadêmicos. Ela destaca a necessidade de os educadores desenvolverem conjunto de conhecimentos, habilidades e competências relacionadas à compreensão dos alunos, metodologias de ensino, avaliação, gestão de sala de aula e outras áreas relevantes para a prática pedagógica.

A pesquisa docente, por sua vez, relaciona-se à investigação realizada pelos professores no contexto educacional. Ela envolve a busca por respostas para questões relevantes relacionadas à prática pedagógica, à melhoria do ensino e à

aprendizagem dos alunos, desempenhando um papel importante na profissionalização dos professores, pois permite que eles aprofundem sua compreensão dos processos educacionais, baseando suas práticas em evidências e contribuindo para o desenvolvimento do campo educacional como um todo. Além disso, a pesquisa docente promove a reflexão crítica, o diálogo entre pares e a busca por soluções inovadoras para os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

A pesquisa docente contribui para a valorização do professor como um profissional que produz conhecimento no espaço educacional. O professor pesquisador é aquele que se engaja ativamente em investigar questões relevantes para sua prática, busca respostas embasadas em evidências e compartilha seus resultados com a comunidade acadêmica e educacional.

Para André e Eliza (2017), a pesquisa da prática pedagógica possibilita ao professor refletir, investigar e aprimorar sua própria prática de ensino. Ela proporciona o desenvolvimento profissional, o aperfeiçoamento das estratégias pedagógicas e a procura constante por uma educação de qualidade; possibilita ao professor examinar de forma mais aprofundada as decisões que toma em sala de aula, compreender como os alunos aprendem, identificar os desafios e encontrar soluções para melhorar sua atuação.

A pesquisa da prática pedagógica contribui para o desenvolvimento profissional do professor, permitindo que ele tome decisões informadas e baseadas em evidências. Além disso, ela promove a reflexão crítica sobre a prática, propicia o compartilhamento de conhecimentos e experiências com outros profissionais e contribui para o avanço do campo da educação.

A pesquisa visa a constituição de sujeitos autônomos, que desenvolvam opiniões e ideias próprias, que ao fazer uma leitura crítica da realidade, saibam o que e onde buscar referências e recursos, para entender o que se passa, e para delinear caminhos de atuação nessa realidade. (ANDRÉ, 2017, p. 828)

Ludke (2001b) reconhece a pesquisa-ação como uma poderosa abordagem para os professores investigarem e melhorarem suas práticas pedagógicas. Ela enfatiza a importância da reflexão crítica, do engajamento ativo e da colaboração entre os professores nesse processo de aprendizado e transformação. A pesquisa-ação pode promover a melhoria contínua da educação, capacitando os professores a serem agentes de mudança em suas próprias salas de aula.

Ludke (2001b) destaca que a pesquisa-ação não é apenas uma forma de investigação, mas também um processo de aprendizado contínuo e de melhoria das práticas pedagógicas. a autora encoraja os professores a colaborarem entre si, compartilhem experiências e conhecimentos, e a se engajarem em uma abordagem reflexiva que visa o aprimoramento constante.

A pesquisa-ação é especialmente relevante para a formação de professores, pois permite a integração entre teoria e prática, incentivando os educadores a serem agentes ativos na construção de uma educação mais significativa. Ao envolver-se nessa abordagem, os professores têm a oportunidade de refletir sobre suas ações, testar novas estratégias, avaliar o impacto de suas intervenções e contribuir para o desenvolvimento de conhecimento prático que seja útil tanto para eles quanto para a comunidade educacional em geral.

Segundo Zulian e Freitas (2012) a transformação da escola em direção a uma perspectiva mais inclusiva exige uma reorganização dos programas curriculares nas universidades que formam os futuros professores. É fundamental que as universidades pesquisem, estudem e redefinam os paradigmas educacionais, a fim de preparar os docentes para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Essa preparação deve incluir revisão de estratégias e conteúdo de formação que capacitem os futuros professores a adotarem práticas pedagógicas inclusivas. O objetivo é que eles estejam preparados para atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos, proporcionando uma educação de qualidade e respeitando a individualidade de cada estudante.

Ao promover essa formação continuada e reflexiva nas universidades, os futuros professores estarão mais preparados para enfrentar os desafios da sala de aula e contribuir significativamente para a efetivação da Educação Inclusiva.

Dentro deste contexto, o papel do professor e demais educadores frente aos novos desafios passa a ser visto sob uma ótica diferente. Há uma reorganização em suas funções dentro do ambiente escolar, envolvendo o trabalho em equipe, reforçando as possibilidades de um caminho com metas de trabalho em conjunto que apontam para uma renovação das práticas e dos saberes.

Diante dos textos dos referenciais analisados, é possível compreender que a formação continuada permite o elo entre a teoria e a prática no contexto profissional dos educadores, em que a escola desempenha papel significativo como suporte para que o processo possa ocorrer com harmonia. Nessa mesma linha, Pimenta (2005)

traz que uma boa formação continuada envolve reuniões periódicas com seus pares e com formadores capazes de fazer com que cada um identifique as necessidades de sua unidade e elabore um plano de ação visando soluções para as questões do cotidiano escolar. É possível ver uma ressonância de ideias com outro referencial desta pesquisa, Carvalho e Gil-Pérez (2011).

Cabe ponderar ainda que a formação continuada é um requisito importante e indispensável na sociedade atual, que pulsa e muda com celeridade, fazendo surgir novos questionamentos a todo momento. Para tanto, é preciso respeitar os educadores como pessoas, seres incompletos e eternos aprendizes, que a partir de uma formação contextualizada buscam transformar-se, entender o grupo no qual estão inseridos, e ressignificar suas práticas pedagógicas. Não se trata de uma simples aquisição de conhecimentos, mas de uma transformação da própria pessoa a partir de uma reflexão. Sendo necessária uma prática transformadora constituída pela teoria e pela ação, formando uma proposta pedagógica (KRAMER, 1997).

A formação continuada de educadores pode garantir uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. Pode ser o diferencial para que todos os estudantes acessem todos os espaços escolares, promovendo sua participação plena e igualdade de oportunidades. Abrange tanto os aspectos teóricos quanto práticos relacionados ao trabalho com estudantes com necessidades educacionais especiais, dentro e fora da sala de aula. Isso inclui o conhecimento sobre as diferentes deficiências (modelo médico e modelo social de deficiência) e transtornos, capacitismo, estratégias de ensino e adaptação curricular, recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, avaliação educacional, entre outros temas relevantes.

Sendo assim, reforça-se a necessidade que as formações continuadas de professores, precisa ser pensada como um mecanismo de resistência, contra conduta, e que ajude a propiciar mudanças ao que se tem discursado sobre a inclusão. (NETO; SILVA; SILVA, 2021, p. 92)

Em suma, a formação continuada ou permanente de educadores na Educação Especial desempenha um papel fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, proporcionando aos profissionais as competências necessárias para promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

A formação docente, seja inicial ou continuada, desempenha um papel fundamental na concepção de se considerar no outro com suas diferenças. É necessário se pensar em inclusão com investimento em políticas públicas e novas formas de se fazer leis e documentos que se possa versar sobre o ensino e o aprendizado como algo justo e destinado a todos. A formação continuada está prevista na legislação educacional. A LDB, Lei 9394 de 1996, estabelece diretrizes para a educação brasileira e a formação continuada de professores é um dos aspectos abordados por ela. A LDB ressalta a importância da formação de docentes para atuar na educação básica a fim de aprimorar a relação entre o saber pedagógico e o saber profissional, conforme está no Artigo 61: “A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica” (BRASIL, 2009).

Em 2014, a LDB apresenta nova redação e a expressão “formação continuada” aparece pela primeira vez no Artigo 62, parágrafo 2º trazendo uma perspectiva inovadora com relação à política pública no que tange à formação continuada dos professores, inclusive na EPT:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (BRASIL, 2014)

Nesse sentido, cabe ao governo federal fomentar, promover a permanência e a ampliação de programas de formação continuada para os profissionais da educação básica no âmbito da EPT, como é o caso do ProfEPT, que hoje conta com 40 instituições associadas. Esse movimento somente foi possível devido à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica promovida nos governos Lula (2º mandato, por meio da Lei de criação da rede federal de EPT, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008) e Dilma, promovendo desenvolvimento local, regional e nacional, como destaca Pereira (2017).

O governo federal, a partir do final da década de 90, criou várias ações como: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Proinfo Integrado, e-Proinfo, Pró-letramento, Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, ProInfantil, o programa Gestão da Aprendizagem Escolar, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores. Todos estes programas são citados no portal do MEC e são relacionados à formação continuada para os

professores. Apesar destas propostas ofertadas, estes projetos não reúnem os profissionais da mesma unidade escolar, o que impossibilita a reflexão sobre os problemas enfrentados e soluções de práticas e viáveis ao público atendido na comunidade escolar.

Em 2001, cria-se o PNE (Plano Nacional de Educação), que consiste em um conjunto de metas, diretrizes e estratégias que deveriam guiar as ações governamentais na área da educação ao longo da próxima década. O atual PNE, instituído pela lei 13.005/2014, compreende o decênio 2014-2024. Entre as metas está a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação que propõe a garantia de formação aos docentes seja em cursos de disciplinas ou áreas afins do conhecimento. A PNE também inclui a formação técnica e profissional que tem por objetivo capacitar os alunos para as demandas do mercado profissional através de uma educação focada na aquisição de conhecimentos práticos e aplicáveis.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores (2020) fundamentam-se em promover de maneira inclusiva e participativa, por meio de ações institucionais a efetiva integração da sociedade no processo de aperfeiçoamento, crescimento e fortalecimento da educação nacional, dentro de suas atribuições. Desta forma a CNE possui uma preocupação em relação à formação de professores que estejam comprometidos com a promoção de uma sociedade justa e inclusiva, promovendo a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, cabe destacar os Artigo 6º Parágrafos V e VI e Artigo 8º:

V - Atualização permanente quanto à produção científica sobre como os alunos aprendem, sobre os contextos e características dos alunos e sobre as metodologias pedagógicas adequadas às áreas de conhecimento e etapas nas quais atua, de forma que as decisões pedagógicas estejam sempre embasadas em evidências científicas que tenham sido produzidas, levando em conta o impacto de cada tipo de determinante nos resultados de aprendizagem dos alunos e das equipes pedagógicas (BRASIL, 2020);

VI - Desenvolvimento permanente da capacidade de monitoramento do aprendizado próprio e dos alunos, como parte indissociável do processo de instrução, a qual, consideradas as expectativas de aprendizagem, possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição de resultado, além das necessárias correções de percurso (BRASIL, 2020);

A Formação Continuada para docentes que atuam em modalidades específicas, como Educação Especial, do Campo, Indígena, Quilombola, Profissional, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), por constituírem campos de atuação que exigem saberes e práticas

contextualizadas, deve ser organizada atendendo as respectivas normas regulamentadoras do Conselho Nacional de Educação (CNE), além do prescrito nesta Resolução (BRASIL, 2020).

Com a publicação da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” - PNEEPEI, em 2008, a formação para docentes tanto inicial quanto continuada deve focar no sentido inclusivo em que é necessário contemplar a abordagem do papel do professor diante as emergentes ações no processo de inclusão social.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas 18 comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008).

A relação entre a formação de educadores e a promoção da inclusão tem sido um tema central de discussão nas esferas acadêmicas, legislativas e na sociedade. No entanto, ainda é evidente uma falta de alinhamento entre as medidas governamentais visando à inclusão de estudantes público alvo da educação especial no ensino profissional tecnológico e o treinamento de professores para lidar com eles. Isso resulta na formação de professores sendo considerada uma prioridade menor nas políticas públicas voltadas para a inclusão nas escolas.

É essencial implementar uma genuína transformação nas instituições de formação e nos conteúdos relacionados à educação de professores. Incorporar essa formação dentro de currículos que estejam cuidadosamente planejados e direcionados. A preparação de educadores deve ser concebida com base na função social específica da educação, em vez de concentrar-se em suas várias áreas disciplinares, a fim de fortalecer valores e práticas que estejam alinhados com a sociedade.

Aos professores ficam os desafios que nem sempre estão presentes em seus processos formativos, mas que são necessários na prática, exigindo conhecimentos de diferentes áreas além daqueles relacionados ao processo de ensino, principalmente as práticas de ensino na Educação Especial na EPT. O que envolve as instituições de ensino, na necessidade de investir em estratégias para que façam valer as políticas públicas propostas para a formação docente e que a educação alcance seus propósitos e seus alunos em suas totalidades.

3.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A educação desempenha um papel central no desenvolvimento tanto individual quanto coletivo. Ela não apenas promove o crescimento pessoal, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais segura, justa e humanizada, fundamentada em valores éticos e na solidariedade com os outros e com o ambiente. Freire afirma: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1997, p.24).

O aprendizado humano ocorre como parte de um processo ativo de formação e transformação, no qual o indivíduo desenvolve conhecimentos, habilidades e atitudes que o capacitam a interagir de maneira construtiva consigo mesmo, com os outros e com o meio onde vive. Assim, pode-se afirmar que o ser humano aprende à medida que participa de um processo contínuo de formação e transformação:

[...] uma educação omnilateral tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento sustentável. (FRIGOTTO, 2001, p. 82)

A Educação Profissional voltada para indivíduos com necessidades educacionais especiais começou a ser discutida nas agendas das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 1999. De acordo com Anjos (2006), nesse ano, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação Geral de Desenvolvimento da Educação Especial, um dos órgãos da SEESP, realizou um levantamento na Rede Federal e identificou que o nível de profissionalização dos estudantes com NEE era significativamente baixo.

O levantamento revelou que apenas 30% das instituições da Rede Federal, na época, informaram oferecer cursos para que as pessoas com NEE pudessem se profissionalizar (PROGRAMA TEC NEP, 2000, p.6). Esses dados ajudaram a intensificar as discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência, destacando a necessidade de planejar ações que facilitassem a inclusão em instituições de EPT, reconhecendo que a qualificação para o trabalho é um direito fundamental ligado à cidadania e direitos humanos.

O Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, foi formalizado em 2000 com o

objetivo de promover a inclusão das pessoas com deficiência (PcDs) por meio da educação e profissionalização. Inicialmente, o programa foi uma ação conjunta entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP), que posteriormente foi reestruturada e renomeada como Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Ambas as secretarias estão vinculadas ao Ministério da Educação, demonstrando o compromisso do governo com políticas públicas inclusivas.

O foco central do programa é proporcionar uma formação técnica e educacional a pessoas com necessidades especiais, alinhando-se aos princípios de “educação para todos” e “respeito às diferenças” (BRASIL, 2000). Esses ideais são fundamentais para garantir que a educação seja acessível a todos, independentemente das suas limitações ou necessidades específicas.

Em 2010, o programa passou por uma reformulação e foi renomeado para "Ação TEC NEP", mantendo seu propósito original de promover a inclusão e a profissionalização das PcDs.

O objetivo central da Ação TEC NEP, é promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas Instituições Federais de Educação Tecnológica. O programa busca garantir que esses alunos tenham condições de acesso, permanência e sucesso nos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Tecnológica, como os de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos.

O objetivo está em criar políticas públicas que assegurem que esses alunos não apenas ingressem nos cursos, mas também consigam concluir suas formações com êxito, alcançando autonomia e inclusão no mercado de trabalho. Isso inclui a oferta de cursos que os capacitem para atividades laborais, seja por meio de qualificação ou reabilitação, permitindo-lhes ter acesso ao mundo produtivo.

O programa, portanto, visa não apenas à formação técnica e profissional dos alunos com necessidades especiais, mas também à sua emancipação econômica, ou seja, à capacidade de gerar sua própria renda e conquistar uma maior independência financeira e social. Esse processo de inclusão, ao incluir essas pessoas no ambiente educacional e no mercado de trabalho, busca promover a equidade e a autonomia para pessoas com deficiência.

[...] a proposta do Programa indica ações que busquem transformar a situação para a superação dessas dificuldades: a primeira seria a de ampliar

a compreensão sobre a diversidade, e perceber que ela diz respeito a todos e é considerada um bem que enriquece o indivíduo e a convivência humana. O segundo tipo de ações seria a de efetivar, conjuntamente, ações que conduzam ao respeito e valorização das diferenças na educação e no acesso ao trabalho. Tal consideração aponta para a necessidade de transformação nos processos educativos e na inserção produtiva do indivíduo no meio social (ANJOS, 2006, p. 42).

A Ação TEC NEP é fundamentada na proposta teórica da educação inclusiva, abordando valores como respeito mútuo, compreensão, apoio e autonomia. Essa abordagem não é tratada como uma tendência ou um conjunto temporário de métodos educacionais, mas sim como um valor social estratégico. A inclusão é um desafio que exige planejamento cuidadoso, com o objetivo de integrar estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) nas instituições federais de educação tecnológica. Ou seja, é um compromisso que ultrapassa questões operacionais, enfatizando a importância de construir um ambiente educativo acessível e equitativo, alinhado aos princípios da inclusão.

Para implementar o programa Ação TEC NEP, facilitando essa gestão, foram definidos cinco polos regionais¹ com gestores responsáveis. Além disso, gestores estaduais serão designados à medida que os eventos estaduais de implementação progredirem. E núcleos que desenvolvam ações estratégicas específicas que atendam às necessidades educacionais especiais (NEE) dos alunos, promovendo um ensino que realmente integre e suporte esses estudantes de maneira significativa e efetiva.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) foi instituído como parte do Programa TEC NEP, com o objetivo de apoiar a formação profissional e tecnológica de estudantes com necessidades educacionais especiais, promovendo a inclusão e garantindo os recursos necessários para sua permanência e conclusão nos cursos.

¹Gestor Norte: CEFET-PA; 2. Gestor Nordeste: CEFET-RN; 3. Gestor Centro-Oeste: CEFET-MT; 4. Gestor Sudeste: CEFET-MG; e, 5. Gestor Sul: CEFET-SC.

O NAPNE é o setor responsável por coordenar as ações de implantação e execução do programa TEC NEP dentro da instituição. Internamente, sua função é integrar os diversos setores institucionais, estabelecer prioridades e organizar os materiais didático-pedagógicos necessários. Externamente, o Núcleo atua na construção de parcerias com instituições de educação especial, órgãos públicos e outras organizações relevantes.

Segundo Cunha e Silva (2015), a implantação dos NAPNEs trouxe avanços significativos na promoção da educação inclusiva. Esses avanços incluem a superação de barreiras arquitetônicas (acessibilidade física) e atitudinais (mudança de comportamentos e preconceitos), a aquisição de equipamentos e materiais didáticos adequados, e o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias assistivas. Além disso, os debates sobre inclusão educacional foram ampliados. No entanto, apesar dos avanços na conscientização da Rede Federal em relação à educação inclusiva, é essencial que a formação docente ocorra de maneira contínua. Esse processo é fundamental para transformar atitudes e consolidar práticas pedagógicas para garantir mudanças efetivas no contexto educacional:

[...]compreendemos que para o desenvolvimento efetivo de ações inclusivas na RFEPCT, existe a demanda eminente pela construção de uma política de inclusão na Rede, no desenvolvimento de ações conjuntas, com valorização do NAPNE e dos profissionais neles envolvidos, bem como, na oferta de cursos de capacitação para docentes e servidores, e a contratação de profissionais qualificados para atuar com os alunos com deficiência. (CUNHA E SILVA, 2015, p. 7)

Entender a inclusão em um sentido mais amplo implica reconhecer que ela não deve ser vista como responsabilidade exclusiva de um setor ou departamento específico. É essencial promover uma cultura de trabalho integrada, que seja intersetorial, interdisciplinar e intercultural, com o objetivo de institucionalizar a inclusão de forma efetiva. Para isso, é fundamental que o programa TEC NEP demonstre um compromisso mais profundo e promova maior sensibilização, garantindo que a inclusão se concretize plenamente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

A escolha do tema proposto resultou de uma reflexão e fomento por soluções e conhecimentos que podem-se encontrar para alcançar um ensino-aprendizado mediado, amplo e qualitativo como descreve Oliveira (2017), por meio de estudos detalhados sobre a relevância da formação continuada do professor no contexto educacional inclusivo.

Para o presente estudo, pretende-se utilizar uma abordagem de natureza predominantemente qualitativa estruturada na investigação exploratória que, segundo Gil (2002, p. 41) “a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”. No entanto, este estudo incluirá análises numéricas das produções, um aspecto característico da pesquisa quantitativa. Segundo Fonseca:

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. (FONSECA, 2002, p. 20)

Dessa forma, reconhecemos que a integração da pesquisa qualitativa e quantitativa nos permitiu reunir mais informações do que seria alcançado ao aplicar esses métodos de maneira isolada:

Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa pode ser apoiada pela pesquisa quantitativa e vice-versa, possibilitando uma análise estrutural do fenômeno com métodos quantitativos e uma análise processual mediante métodos qualitativos. (SCHNEIDER; FUJII; CORAZZA, 2017 p. 570)

De acordo com Gatti, as duas abordagens são mais complementares do que conflitantes, pois os métodos

[...] que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado. (GATTI, 2004, p. 4)

Um pesquisador qualitativo deve ter uma percepção refinada para identificar os dados obtidos., o que demanda habilidades prévias e a capacidade de identificar conexões entre informações explícitas e implícitas. É essencial ter clareza sobre a relevância do conteúdo em relação ao objeto de estudo. Em síntese, o êxito da

pesquisa qualitativa está intrinsecamente ligado à habilidade do pesquisador em analisar e interpretar os dados com sensibilidade e objetividade. Referente à pesquisa qualitativa, Godoy enfatiza:

Os trabalhos qualitativos possuem um conjunto de características essenciais, onde o campo de pesquisa é o ambiente do sujeito e o pesquisador é o instrumento fundamental para a obtenção de dados a serem coletados da forma mais imparcial possível. (GODOY, 1995, p. 62)

A pesquisa qualitativa é uma abordagem que permite explorar a complexidade dos fenômenos estudados, focando na análise e interpretação de dados, buscando compreender significados, opiniões e percepções dos participantes coletados através de entrevistas, observações ou documentos. Segundo Patton (1980) e Glazier e Powell (2011), as análises qualitativas podem ser: descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade e interações entre indivíduos, grupos e organizações.

A pesquisa qualitativa proporcionará a esta pesquisa uma melhor visão sobre a formação continuada sobre Educação Inclusiva aos educadores da Educação Profissional Tecnológica, com intuito de provocar importantes discussões para a organização do processo metodológico de pesquisadores na área da educação. Segundo (LUDKE; ANDRÉ, 1986) torna-se fundamental, para a pesquisa qualitativa, relacionar os conceitos abordados, trazendo-os à atualidade.

Dessa forma, esta pesquisa propõe debater sobre a importância e o impacto da formação continuada sobre a educação inclusiva, sendo preciso valorizar e multiplicar a aprendizagem e o conhecimento no contexto da inclusão na EPT. É nessa relação entre os sujeitos que seremos capazes de promover discursos de inclusão pelas ações da escola e pela formação profissional dos educadores.

Os instrumentos empregados para coleta de dados, buscando atender os objetivos da pesquisa foram: a pesquisa bibliográfica e o questionário; posteriormente no produto educacional utilizaremos a entrevista. Instrumentos estes, que abordaremos a seguir.

4.1 SOBRE A ANÁLISE EXPLORATÓRIA

A pesquisa exploratória constitui um ramo da investigação científica voltado para a exploração, identificação e compreensão de conceitos, fenômenos ou relações ainda pouco explorados e estudados. Esse tipo de abordagem investigativa é amplamente aplicável em diversas áreas do conhecimento.

Importante para o progresso de novas teorias e descobertas científicas, a pesquisa exploratória permite identificar novos rumos de investigação e ampliar o conhecimento em uma área específica. Suas características principais abrangem: i) Objetivo amplo: busca compreender inicialmente o assunto de forma abrangente; ii) Coleta de dados qualitativos: frequentemente envolve a obtenção de dados qualitativos, como revisão da literatura, entrevistas e observações; iii) Não mensurável: foca na compreensão do fenômeno ou questão em vez de quantificá-lo; iv) Flexibilidade: é ajustável e permite adaptações durante o processo de pesquisa, o que é crucial ao lidar com problemas complexos e em constante evolução.

Portanto, o propósito da pesquisa exploratória é aumentar a compreensão do problema, tornando-o mais evidente ou desenvolvendo hipóteses. Assim, essa abordagem auxilia na resposta às questões fundamentais da pesquisa, gerando hipóteses a partir dos dados coletados, que serão objeto de estudo pelo pesquisador.

Serão dois os tipos de conteúdo a ser analisados: i) os temas de pesquisa e os produtos educacionais das dissertações de mestrado produzidas pelos egressos do ProfEPT sobre práticas educacionais inclusivas inseridas na Educação Especial, no âmbito da EPT, na Educação Básica; ii) as respostas do questionário sobre a relevância da formação continuada em práticas educacionais inclusivas aos professores e educadores atuantes na EPT elaborado pela autora desta pesquisa (ver anexo A).

O levantamento bibliográfico é uma etapa preliminar essencial para qualquer tipo de pesquisa científica. Após a escolha do tema e mesmo antes de definir o problema, é necessário realizar um estudo exploratório para coletar informações iniciais sobre o campo de interesse do pesquisador. Qualquer forma de pesquisa, em qualquer área, requer uma pesquisa bibliográfica prévia, seja como atividade exploratória, para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, tem como objetivo o aprimoramento e a atualização do conhecimento, por meio de uma investigação científica que se baseia em obras já

publicadas. Ela possibilita a integração de diversos dados previamente dispersos no universo científico em um único estudo, expandindo o escopo da investigação.

A escolha pelo questionário como instrumento de pesquisa oferece vantagens importantes, como a possibilidade de abordar diferentes temas relacionados ao estudo, trazendo questionamentos que aprofundam e detalham os tópicos investigados. Além disso, o uso de perguntas curtas e objetivas contribui para uma maior clareza e precisão nas respostas, facilitando tanto a coleta quanto a análise dos dados.

Uma entrevista semiestruturada é um instrumento para a coleta de dados e é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por possibilitar interação entre o entrevistador e o entrevistado. Por meio de entrevistas (estruturadas, não estruturadas ou semiestruturadas), o pesquisador tem a oportunidade de adquirir informações minuciosas e abrangentes sobre as percepções, atitudes e experiências dos participantes. Além disso, a análise do discurso possibilita uma conexão mais próxima com os participantes e uma compreensão mais profunda de seus pontos de vista:

Entrevista semiestruturada: O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. (GERHARDT et al, 2009, p. 72).

Durante o processo de pesquisa, é importante que se leve em consideração que alguns participantes se sintam pouco à vontade em se expor, especialmente sobre suas opiniões sobre o tema abordado nesta pesquisa. Ao demonstrar sensibilidade e respeito pelos participantes, esta pesquisa tem o propósito de criar um ambiente mais confortável e seguro para que os indivíduos se sintam à vontade para compartilhar suas opiniões e perspectivas de forma genuína, a fim de contribuir para a obtenção de dados mais válidos e confiáveis para a pesquisa.

A análise de dados é um processo que envolve a interpretação e compreensão de dados como textos, entrevistas, observações, documentos e outros tipos de informações descritivas. Busca explorar padrões, temas, significados e relações dentro dos dados coletados, oferecendo uma compreensão mais profunda e contextualizada do tema estudado.

4.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Após a escolha do tema, iniciamos a primeira etapa da pesquisa, com a realização do levantamento bibliográfico na página eletrônica do repositório de dissertações do ProfEPT². O objetivo foi identificar os trabalhos acadêmicos que abordam formação continuada aos educadores que atuam na EPT.

Para pesquisa bibliográfica, foi realizado o levantamento das dissertações dos egressos no ProfEPT de 2019 até 2022, voltadas para práticas educacionais inclusivas inseridas na Educação Especial, no âmbito da EPT, na Educação Básica. Ao pesquisar a palavra “inclusão” no repositório, foram encontradas 58 dissertações, sendo 42 relacionadas à Educação Especial na Educação Básica. Outras 15 dissertações trataram sobre práticas inclusivas relacionadas à questão de gênero, etnia e vulnerabilidade social, e uma sobre um tema da Educação Especial na EPT no Ensino Superior. Usando a palavra “especial”, foram encontradas 9 dissertações, sendo 7 inseridas no contexto desta pesquisa. Contudo, duas delas já haviam sido indicadas no descritor “inclusão”. Sendo assim, a partir das palavras-chave “inclusão” e “especial” foram encontradas 47 dissertações pertencentes ao tema desta pesquisa, dentro do intervalo de tempo proposto (2019 - 2022).

Com base nesse resultado, começamos uma análise exploratória, focando especialmente nos resumos dos trabalhos. Durante esta fase de revisão bibliográfica, buscamos identificar termos relacionados aos princípios e conceitos da formação continuada na EPT, pois reconhecemos que esses elementos são fundamentais para o repertório pedagógico dos educadores que atuam nessa modalidade de ensino. Objetivamos caracterizar os seguintes eixos: i) Quais as especificidades abordadas nessas dissertações? ii) Quais dissertações referem-se à formação continuada? iii) Quais os produtos educacionais propostos? iv) As ações voltadas para a inclusão ainda estão em funcionamento ou foram atividades pontuais?

Como pode ser observado neste levantamento bibliográfico, foram identificadas 47 pesquisas, sendo 16 dissertações tiveram como objetivo de estudo a

²<https://profapt.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>. Último acesso em 15/09/2023.

formação e qualificação de docentes aos alunos com necessidades educacionais específicas, 3 foram direcionadas à formação dos técnicos administrativos em educação e demais educadores, 7 voltadas para formação aos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), 13 relacionadas à formação aos alunos com Deficiência Auditiva (DA), 7 direcionadas à formação aos alunos com Deficiência Visual e Múltiplas e 1 referida à formação aos alunos com Deficiência Física, todos trabalhos acadêmicos atuantes na EPT como lócus Institutos Federais (IF's).

Conforme apresentamos no quadro 1, entre os produtos educacionais apresentados nas dissertações listadas observamos 24 *e-books*, 8 cursos *on-line*, 8 livros, 3 jogos interativos, 2 *sites*, 1 aplicativo e 1 *podcast*, todos disponíveis em forma *on-line* e a partir do repositório de dissertações do ProfEPT é de fácil acessibilidade. Percebe-se que os jogos interativos, o aplicativo e o *podcast* se apresentam como atividades que ainda estão em funcionamento. Diante aos *e-books*, cursos, livros e *sites* que se manifestam como formações continuadas disponibilizadas nas plataformas de acesso, objetivando a formação inicial e continuada dos educadores que atuam na EPT.

Conforme evidenciado neste levantamento bibliográfico, as 47 dissertações analisadas focaram na formação e qualificação de docentes, técnicos e outros educadores vinculados aos Institutos Federais.

Quadro 1 - Produção acadêmica sobre o tema formação continuada de professores para EPT, 2019 – 2022

Nº	Palavra-chave	Ano	Autor	Instituição	Título	Especificidade	Produto Educacional	Tipo do PE
1	ESPECIAL e INCLUSÃO	2019	RICARDO ALLAN DE CARVALHO RODRIGUES	IFES	CONTRIBUIÇÕES AOS SABERES EM INCLUSÃO ESCOLAR DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNES).	NEE	GUIA DE FORMAÇÃO VOLTADA À EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DE SABERES INCLUSIVOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA.	MANUAL EBOOK
2	ESPECIAL	2019	CAMILA DE ALMEIDA AGUIAR	IFF	UMA PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	NEE	COLETÂNEA DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL	MANUAL EBOOK
3	ESPECIAL	2020	CATIA MARIA ALVES MONTEIRO	IFC	ACOLHER PARA INCLUIR: O ACOLHIMENTO COMO ARTICULADOR DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS.	NEE	ACOLHER PARA INCLUIR: CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA O ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E/OU COM TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS DO IFSC	MANUAL EBOOK

4	ESPECIAL e INCLUSÃO	2021	ANNA VANESSA LIMA DE OLIVEIRA LIMA	IFB	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: UM RECORTE SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	NEE	MANUAL REFLEXIVO - EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: CONCEITOS E ORIENTAÇÕES	MANUAL EBOOK
5	ESPECIAL	2021	CAMILA MARAFIGO DOS SANTOS	IFPR	A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO AO ALUNO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO IFPR CAMPUS CURITIBA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	NEE	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?	LIVRO
6	ESPECIAL	2021	PATRICIA ALVES GODINHO	IFSC	SABERES DOCENTES DOS PROFESSORES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	NEE	REFLEXÕES SOBRE DOCÊNCIA E DEFICIÊNCIA: TRILHANDO CAMINHOS PARA A INCLUSÃO	CURSO
7	ESPECIAL	2022	NATERCIA FREITAS RIBEIRO	IFPI	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	NEE	GUIA DE FORMAÇÃO VOLTADA À EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DE SABERES INCLUSIVOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.	LIVRO
8	INCLUSÃO	2019	CRISTIANE RODRIGUES DE FREITAS	IFAM	A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS: E AGORA O QUE FAZER?	DA	GUIA DIDÁTICO - INSTRUCIONAL "INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS - E AGORA O QUE FAZER?"	MANUAL

9	INCLUSÃO	2019	GLAUCIA TOMAZ MARQUES PEREIRA	IFG	INCLUSÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO INTEGRAL DA PESSOA COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CAMINHOS POSSÍVEIS	TEA	INCLUIR AUTISMO	LIVRO
10	INCLUSÃO	2020	CAMILA NOGUEIRA	IFMG	INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DO NAPNE DE UM CAMPUS DO IFMG	NAPNE	"CONHECENDO O NAPNE DO IFMG"	MANUAL
11	INCLUSÃO	2020	EVANEYDE DOS SANTOS SOUZA	IFSC	PRÁTICAS EDUCATIVAS DE LINGUAGEM E INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	TEA	JOGO IMAGEM E INTERAÇÃO	JOGO
12	INCLUSÃO	2020	CICERO BATISTA DOS SANTOS LIMA	(IFGoiano)	ACESSIBILIDADE CURRICULAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - CAMPUS LUZIÂNIA	NEE	ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ACESSIBILIDADE CURRICULAR: ORIENTAÇÕES, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	MANUAL
13	INCLUSÃO	2020	ERIKA CRISTINY BRANDAO FERREIRA BARBOSA	(IFCE)	INCLUSÃO EDUCACIONAL : A ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E/OU MOTORA DA BIBLIOTECA DO IFCE - CAMPUS FORTALEZA	DV/DM	GUIA DE ACESSIBILIDADE: INFORMAÇÃO E INCLUSÃO	MANUAL

14	INCLUSÃO	2020	FERNANDA SOUZA DA SILVA	IFMA	A INCLUSÃO ESCOLAR DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA PRÁXIS INCLUSIVA NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE UM APLICATIVO EDUCACIONAL	DF	INCLUIFMA: APLICATIVO EDUCACIONAL	APP
15	INCLUSÃO	2020	JULIANE MARQUES SANTIAGO DE ABREU	IFPE	PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA SOBRE INTEGRAÇÃO, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – CAMPUS RECIFE	NEE	ESSE LUGAR É MEU! COMBATENDO PRÁTICAS EXCLUDENTES NO COTIDIANO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	MANUAL
16	INCLUSÃO	2020	LUANA TILLMANN	IFC	PORTFÓLIO FORMATIVO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTES CEGOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	DV	PORTFÓLIO FORMATIVO INCLUSÃO DE ESTUDANTES CEGOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONHECIMENTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS	MANUAL
17	INCLUSÃO	2020	MANOEL LACERDA SANTOS JUNIOR	IFSC	INCLUSÃO NA EPT: CONHECER MUNDOS POR TRÁS DO SILÊNCIO	DA	CONHECER PARA INCLUIR: DESCOBRINDO MUNDOS POR TRÁS DO SILÊNCIO	JOGO/ MANUAL

18	INCLUSÃO	2020	MARIA LUCIANE CARDOSO DA SILVA	IFPA	UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO E O ENSINO DE GENÉTICA PARA CEGOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	DV	GENTAT: GENÉTICA NO TATO	MANUAL
19	INCLUSÃO	2020	MARGARETH KAYSER PEREIRA	(IFSul)	A RELAÇÃO ENTRE DOCENTE E INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	DA	CORPO QUE SE EXPRESSA: PREMISSAS SOBRE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS	LIVRO
20	INCLUSÃO	2020	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	IFAL	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO	DA	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS	CURSO
21	INCLUSÃO	2020	TAIZA LIMA DA CUNHA	IFAL	O MANUAL PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE OS PARADIGMAS EDUCACIONAIS DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS PIRANHAS	NEE	MANUAL PEDAGÓGICO SOBRE OS PARADIGMAS DA INCLUSÃO E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	MANUAL
22	INCLUSÃO	2020	TANIA MARIA ALVES DE ABREU GIMENES	IFMT	SENSIBILIZAÇÃO PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM SURDEZ NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFMT CAMPO NOVO DO PARECIS, MT	DA	RESPEITO	MANUAL

23	INCLUSÃO	2021	EDSON ROBERTO PESEL	(IFSul)	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: TRAJETÓRIA DA PRIMEIRA DISCENTE NO IFSUL - CAMPUS CHARQUEADAS	DV	BORBOLINDA: UMA HISTÓRIA DE INCLUSÃO	LIVRO
24	INCLUSÃO	2021	KELLER BATISTA DE SOUZA	IFSP	INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA POR MEIO DE VÍDEO INSTRUCIONAL	DA	INTRODUÇÃO À HTML EM LIBRAS	VIDEO E MANUAL
25	INCLUSÃO	2021	MARIA JOSE BATISTA	(IFSUDESTEMG)	A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO TÉCNICO: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA, IF SUDESTE MG - CAMPUS JUIZ DE FORA	TEA	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: QUANDO VOCÊ CONHECE E APOIA, AS PEÇAS SE ENCAIXAM	MANUAL
26	INCLUSÃO	2021	ROGER CORREA DE OLIVEIRA	(IFAC)	A INCLUSÃO DO AUTISTA NO ESPAÇO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE DO CÂMPUS RIO BRANCO	TEA	UIA PARA GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE – CÂMPUS RIO BRANCO VOLTADO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA	LIVRO
27	INCLUSÃO	2021	MARLI DE FIGUEIREDO BEZERRA	(IFSP)	FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	TEA	FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	GUIA / MÍDIA

28	INCLUSÃO	2021	ROSELAINÉ LUZITANA FRACALLOSSI KOKKONEN	(IFRO)	INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA, DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE RONDÔNIA E DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA.	TEA	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM AGENTE DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	CURSO
29	INCLUSÃO	2021	EDIVALDO DOS SANTOS JUNIOR	(IFTO)	PEGADAS DA INCLUSÃO: UM JOGO DE TABULEIRO DIGITAL EM LIBRAS PARA O CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	DA	PEGADAS DA INCLUSÃO: UM JOGO DE TABULEIRO DIGITAL EM LIBRAS	JOGO INTERATIVO
30	INCLUSÃO	2021	SARAH CRUZ DE SOUZA OLIVEIRA	(IFRR)	ESTÁGIO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS PARA FAVORECER A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – CAMPUS NOVO PARAÍSO	DA	MANUAL ORIENTADOR DE ESTÁGIO	MANUAL
31	INCLUSÃO	2021	KARINA CARDOSO DE SOUSA	(IFPI)	O NAPNE E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NO IFPI CAMPUS TERESINA ZONA SUL	NAPNE	AÇÕES INCLUSIVAS: O NAPNE NA UFPI	MANUAL / VIDEO

32	INCLUSÃO	2021	VANIA MARIA DUARTE GONCALVES	(CEFET-MG)	A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DOS DOCENTES DA CEDAF SOBRE AS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS	NEE	INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ORIENTAÇÕES AOS DOCENTES SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS	MANUAL
33	INCLUSÃO	2021	ANTONIA DINIZ	(IFAC)	A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA	DV	PROPOSTA INSTITUCIONAL DE ENSINO ACESSÍVEL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	LIVRO
34	INCLUSÃO	2021	ERMANS QUINTELA CARVALHO	(IFAL)	A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REFLEXÕES SOBRE CULTURA SURDA E LIBRAS POR MEIO DA OFERTA DE UM MINICURSO A ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	DA	GUIA PARA ACESSO AO MINICURSO "INCLUSÃO, CULTURA SURDA E NOÇÕES DE LIBRAS NO IFAL"	MANUAL
35	INCLUSÃO	2021	HERLEI MARIANO MARTINS ALVES	(IFAL)	CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.	NEE	NAS TRILHAS DA INCLUSÃO: CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO.	CURSO

36	INCLUSÃO	2021	LENIN COSTA	(IFAL)	UTILIZAÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO	DA	CONHECENDO A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - LEI N. 9.433/97 ADAPTADA PARA ALUNOS SURDOS	MANUAL
37	INCLUSÃO	2021	PRISCILLA RAMOS FIGUEIREDO CUNHA	(IFRJ)	UMA ABORDAGEM PARA A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE, MODALIDADE NORMAL: ATIVIDADES ADAPTADAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	DV	INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA	LIVRO
38	INCLUSÃO	2021	LARISSA PEREIRA FRAGA	(IFES)	ENSINO DE ARQUITETURA INCLUSIVA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA DE INCLUSÃO SOCIAL.	NEE	ENSINO DE ARQUITETURA INCLUSIVA	CURSO
39	INCLUSÃO	2021	ANDRE LUIZ DE ALMEIDA ALOISE	(IFPB)	A INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO E DE SURDOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: DESENVOLVIMENTO DE UM BLOG, COMO AUXÍLIO À PRÁTICA DOCENTE	DA	BLOG PAMDA: PRODUTO EDUCACIONAL COMO AUXÍLIO NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS METODOLÓGICAS PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	SITE
40	INCLUSÃO	2021	JOELZE LINHARES DE ARAUJO	(IFRN)	A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO: A OFICINA PEDAGÓGICA E O APLICATIVO EFICIENTE COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO	NEE	OFICINA PEDAGÓGICA: "PERCEPÇÕES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE O MUNDO DO TRABALHO"	CURSO

41	INCLUSÃO	2022	CASSIA ANDREIA DE SOUZA LIMA	(IFAC)	PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM COM FOCO NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.	TEA	CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES SOBRE PRÁTICAS METODOLÓGICAS VOLTADAS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA	CURSO
42	INCLUSÃO	2022	ANTONIA NEILMA GOMES E SILVA	(IFMA)	A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: MOVIMENT(AÇÕES) INCLUSIVAS NO COTIDIANO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	NEE	WEBSITE (IN) FORMATIVO EM EPT INCLUSIVA	SITE
43	INCLUSÃO	2022	POLIANA CAVALCANTE DE SOUZA	(IFPE)	INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES(AS) DE CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES	NEE	MINICURSO A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	CURSO
44	INCLUSÃO	2022	DENISE APARECIDA VECHANI GODOY	(IFSC)	A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PROPOSTA DE UM GUIA DE ORIENTAÇÃO AOS PROFESSORES	DV	GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	MANUAL
45	INCLUSÃO	2022	KAROLINE GONCALVES NAZARIO	(IFSC)	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA: O PODCAST COMO RECURSO EDUCACIONAL E DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS	NEE	CAÇADORES DE INCLUSÃO: PODCAST SOBRE PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS	PODCAST

46	INCLUSÃO	2022	ELOIR DA SILVA FERREIRA	(IFPA)	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DIRECIONADAS AOS ESTUDANTES SURDOS.	DA	INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA O ESTUDANTE SURDO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ-IFPA.	MANUAL
47	INCLUSÃO	2022	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	(IFRJ)	INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA COLABORAÇÃO PARA AMPLIAR O DIÁLOGO ENTRE SURDOS E OUVINTES	DA	CULTURA SURDA: CURIOSIDADES	CARTILHA DIGITAL

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

4.3 COLETA DE DADOS, POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa qualitativa concentra-se na compreensão dos indivíduos e suas criações, dedicando-se à interpretação e observação dos acontecimentos e fenômenos. O estudo pode empregar diversos métodos de coleta de dados, tais como, documentos, entrevistas, questionários, entre outros, e técnicas de análise para garantir rigor e excelência na pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário contendo 16 perguntas sendo 5 abertas e 11 fechadas. Para o envio dos questionários, utilizamos o formato digital da ferramenta *Google Forms*, enviado aos participantes por meio de *e-mail*.

Em relação aos participantes desta pesquisa, foi disponibilizado a professores e demais educadores (técnicos em assuntos educacionais - TAEs, gestores e coordenadores pedagógicos) que atuam na EPT, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como público-alvo para responder ao questionário, exposto no apêndice C.

Para esta pesquisa, o entendimento de que o debate sobre a formação continuada aos educadores na EPT enfrenta diversas dificuldades leva à proposta de reflexão por parte deste estudo sobre o que é preciso ser (re)pensado e (re)construído para que seja uma ação viável e permanente à práxis do educador atuante na educação profissional. O objetivo é que, a partir das pesquisas e análises referidas, seja produzido um material educativo digital, que será um *Podcast*, possibilitando a compreensão da importância, reflexão e revisão das ações propostas para formações continuadas sobre educação inclusiva nos institutos federais, oportunizando uma ferramenta que contribua para melhoria dos problemas identificados.

Responderam ao questionário 82 pessoas, servidores educadores da rede federal. A seleção dos participantes para esta coleta de dados teve um caráter aleatório, pois todos fazem parte do público-alvo que trabalha com EPT. Além disso, é possível que em alguns *campi* nenhum dos professores que receberam o questionário tenha respondido.

Após obter os dados, entra-se na fase de interpretação e análise. Durante esse processo, o pesquisador se dedica ao tratamento do material, o que o leva a teorizar sobre os dados e a confrontar a abordagem teórica com as contribuições únicas da pesquisa. A análise dos dados é um procedimento de atribuição de significado, que

inclui consolidar, delimitar e interpretar as informações fornecidas pelos entrevistados, assim como o que foi observado ou lido pelo pesquisador, resultando na criação de sentido, Teixeira (2003, p 191-192).

Interpretar é um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido (MINAYO, 2012, p. 623).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa tem como objetivo examinar informações descritivas de uma situação ou fenômeno, o que requer o envolvimento direto do pesquisador com a situação em estudo. Esse método, fundamentado teoricamente, possibilita revelar os processos sociais que ainda são pouco compreendidos em relação a grupos específicos, além de promover o desenvolvimento de novas abordagens e a revisão e criação de conceitos durante o processo de investigação (MINYAO, 2010).

Os estudos aqui analisados apresentam algo de grande relevância, e nesta dissertação optou-se por analisar os dados comparando as respostas ao questionário, tendo em vista que os problemas devido à ausência ou poucas formações continuadas ofertadas aos educadores na EPT, ainda, estão em ampla discussão, necessitando de um debate ampliado. É o que propomos em nossa pesquisa, na qual tratamos das questões relacionadas à relevância da formação continuada sobre as práticas educacionais inclusivas aos educadores atuantes na EPT.

No tratamento dos dados institucionais e das respostas dos participantes ao questionário, adotamos uma abordagem diligente e cuidadosa. Neste trabalho, asseguramos o cumprimento integral das condições exigidas pelo protocolo de pesquisa do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Colégio Pedro II, com a submissão da pesquisa à Plataforma Brasil, que acolhe os projetos de pesquisas realizadas com seres humanos. Os questionários foram aplicados somente após a obtenção do parecer favorável do CEP/CPII ao início da pesquisa, cujo nº CAAE: 76340823.2.0000.9047, emitido em vinte e seis de fevereiro de 2024. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), obrigatório para realização desta pesquisa, encontra-se no apêndice A.

5. ANÁLISE DE DADOS

Conforme detalhado na metodologia, envolveu a distribuição de um questionário para educadores que atuam na EPT, abrangendo tanto perguntas abertas quanto fechadas. Obtivemos 82 respostas, correspondentes aos educadores atuantes na RFEPCT dados obtidos foram coletados, analisados e serão agora apresentados.

A primeira questão é a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Do total de 82 respondentes, 100% confirmaram a sua participação voluntária na pesquisa proposta.

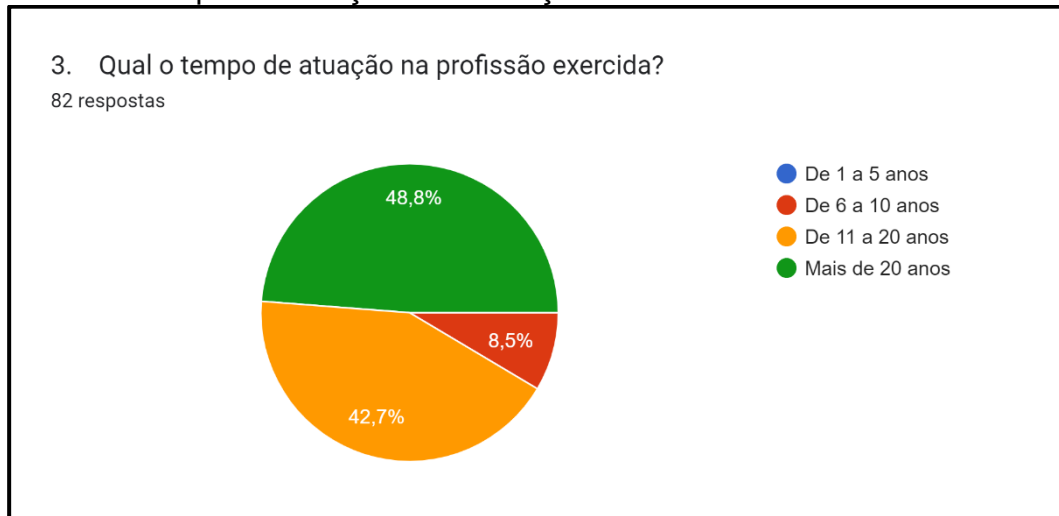
Com base nos dados do questionário, a segunda questão foi em relação à atuação do educador na EPT. Consideramos importante quantificar os educadores e suas funções para compreendermos a relevância de sua participação nesta pesquisa. Na tabela 1 constam os educadores e suas funções.

Tabela 1 - Distribuição de educadores que responderam ao questionário

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Professor(a)	61
Professor(a) e Gestor(a)	13
Professor(a) e Coordenador(a) de curso	3
Professor(a) e Coordenador(a) de curso superior	1
Professor(a), Gestor(a) e Pesquisador	1
Professor(a) e Apoio à Direção	1
Gestor(a)	1
Tradutor Intérprete de Libras	1

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

A questão 3 se refere quanto ao tempo de atuação na educação e obteve-se o gráfico 01. 40 profissionais respondentes (48,8%) têm tempo somado de atuação de mais de 20 anos, seguido por 35 que possuem entre 11 a 20 anos (42,7%) e 7 que possuem entre 6 a 10 anos (8,5%).

Gráfico 1 – Tempo de atuação na educação

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

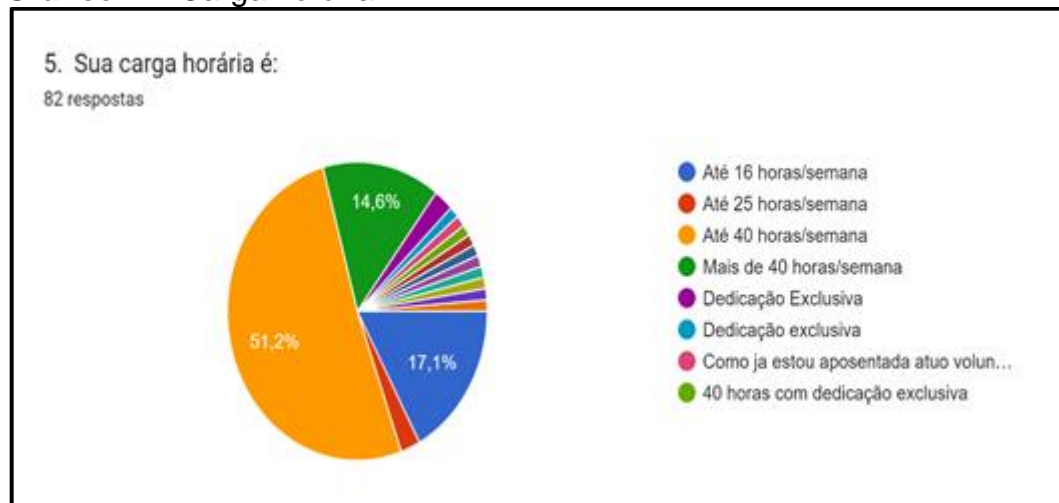
Para conhecer o quantitativo do segmento de atuação dos respondentes, foi elaborada a quarta questão, que resultou na tabela 2. Do total de respondentes, 2,4% atuam na Educação Infantil, 4,7% no Ensino Fundamental, 16,7% no Ensino Médio, 54,8% no Ensino Médio Integrado e 21,4% no PROEJA.

Tabela 2 – Segmento de atuação do educador

SEGMENTO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Educação Infantil	2	2,4%
Ensino Fundamental	4	4,7%
Ensino Médio	14	16,7%
Ensino Médio Integrado	46	54,8%
PROEJA	18	21,4%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

A questão 5 tem por objetivo conhecer o percentual de respondentes de acordo com a carga horária de atuação, como pode-se observar no gráfico 2, a maioria dos educadores que atuam na EPT é de servidores que trabalham 40 horas semanais, correspondendo a 51,2%. Os demais respondentes estão em regime de até 16 horas, totalizando 17,1%, em regime de mais de 40 horas semanais, correspondendo a 14,6%; e 17,1% demais jornadas de atuação.

Gráfico 2 – Carga horária

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Em relação quanto ao tempo dedicado ao planejamento/formação, foi formulado a questão 6. Dos 82 respondentes, dentre estes 45 que dedicam de 2 a 9 horas para a esta ação, 31 educadores dedicam de 10 a 20 horas e 2 profissionais dedicam 30 horas. E por fim 4 profissionais alegam que não possuem horário de planejamento.

Vale destacar que no que tange ao planejamento, a legislação brasileira fala sobre a necessidade do professor descrever e colocar em prática o plano de trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, pontua no artigo 13 que:

os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

O planejamento é uma ferramenta essencial no contexto educacional porque permite que o educador organize suas atividades de forma intencional e direcionada. Através do planejamento, é possível estabelecer objetivos claros, alinhar práticas pedagógicas com esses objetivos e garantir que todas as ações estejam conectadas e façam sentido dentro de um contexto mais amplo. Além disso, o planejamento facilita a colaboração entre educadores, fortalece o trabalho coletivo e ajuda a manter uma coerência nas práticas educativas, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e organizado.

É de suma importância manter o aprendizado dos alunos como objetivo central. Além do mais, a necessidade de realizar mudanças e adaptações no planejamento para acompanhar a dinâmica do dia a dia em sala de aula:

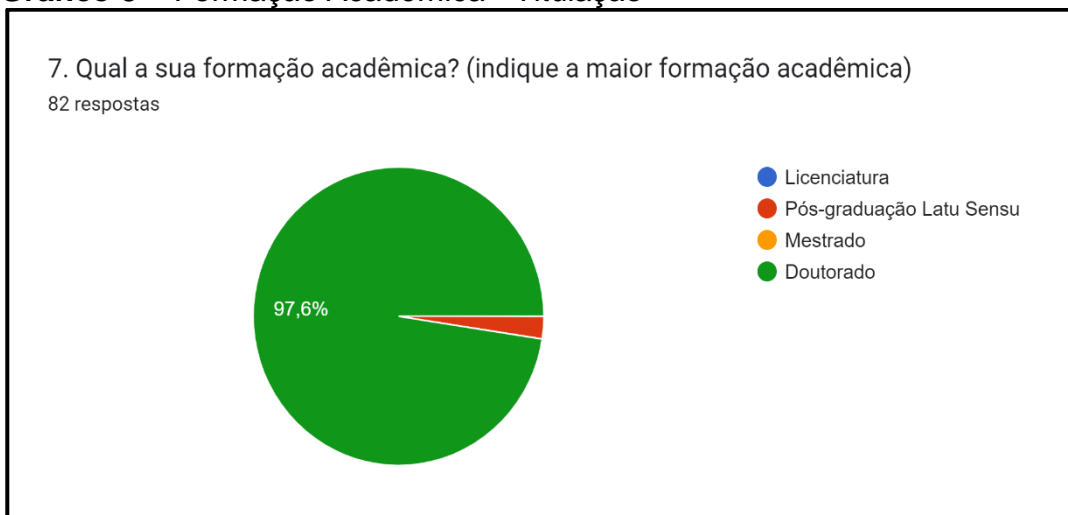
Procurar conhecer a realidade em que vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe: sem isso não temos acesso à maneira como pensam, dificilmente então podemos perceber o que sabem e como sabem (FREIRE, 1997, p. 53).

A habilitação mínima para atuar na EPT é orientada através da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que define as diretrizes nacionais gerais para a EPT, em seu capítulo IV, trata da formação de professores, e recomenda no artigo 40:

A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 2012).

Para conhecer a formação acadêmica dos entrevistados, foi elaborado a questão 7, que resultou no gráfico 3. Nota-se que oitenta respondentes (97,6%) possuem doutorado e 2 respondentes (2,4%) possuem cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, ou seja, superam a formação acadêmica mínima necessária para trabalhar na EPT de nível médio.

Gráfico 3 – Formação Acadêmica - Titulação



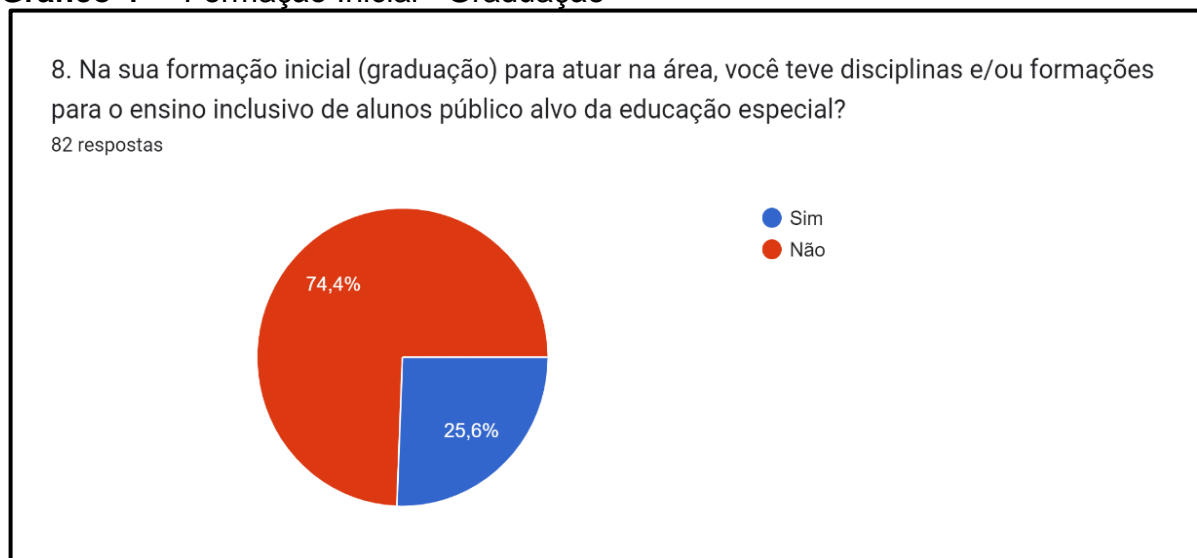
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Em relação à formação inicial em nível de graduação, no gráfico 4 o educador respondeu a questão 8 se na sua graduação inicial para atuar na área, o mesmo teve disciplinas e/ou formações para o ensino inclusivo de alunos público-alvo da educação especial. Consideramos importante este dado na medida que a Resolução CNE/CP

nº 2/2015, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados e segunda licenciatura) e para a formação continuada, trazendo em suas disposições gerais princípios importantes à formação básica, promovendo emancipação dos sujeitos e articulando teoria e prática (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o documento recomenda formação em nível de graduação para os todos os educadores que atuam na Educação Profissional. Dos 82 respondentes, 74,4% não tiveram formação sobre educação especial inclusiva na graduação e 25,6% afirmam terem algum processo de aprendizagem sobre a temática no curso(s) de licenciatura na área de formação.

Gráfico 4 – Formação Inicial - Graduação



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Ao responderem à questão oito, que dava continuidade sobre a formação inicial do educador, àqueles que responderam positivamente seguiram a outro questionamento: “Se sim, você acredita que esta formação lhe auxiliou na prática educacional? Conte-nos:”. Aos respondentes que selecionaram sim na pergunta anterior, obtivemos 21 educadores (25,6%) que quiseram colocar seu relato pessoal sobre a sua formação na graduação.

Parte dos educadores expressaram suas respostas de diferentes formas, mas trazem na essência o mesmo conteúdo, concluindo que as disciplinas e formações para o ensino inclusivo de alunos público-alvo da educação especial (PAEE) eram insuficientes para a vivência prática, colocando:

“Cursei apenas uma disciplina voltada ao ensino inclusivo. Ela foi muito proveitosa, porém considero insuficiente. Para garantir uma formação minimamente sólida, é necessária uma carga horária minimamente adequada”.

Outras respostas sinalizaram que nos períodos em que os participantes fizeram as suas graduações, o ensino inclusivo não era uma temática abordada, conforme um educador cita: *“Fiz Pedagogia entre 98 e 2001. Naquela época, essa não era uma preocupação, infelizmente”*.; *“Muito pouco, pois me formei há 20 anos e as discussões eram muito superficiais na graduação”*.; *“Parcialmente. Em sala nos deparamos com realidade que não “existia” a 20 anos atrás”*. Nestas respostas é possível perceber que a temática alcança estes educadores quando se encontram com a educação inclusiva e a necessidade de buscar formações seja por conta própria ou promovidas pela instituição de ensino atuante.

Alguns educadores destacaram que durante sua formação acadêmica foi abordado mais sobre legislações e documentos que norteiam a Educação Especial, considerando: *“O tema foi visto de forma teórica e legislações”*.

“Na minha formação inicial tivemos aulas sobre a educação inclusiva de forma ampla, sem nos ater as práticas de sala de aula, se falava mais das políticas educacionais e dos marcos históricos do que de metodologias de ensino ou de propostas de materiais didáticos ou das deficiências existentes e das possibilidades e dos desafios que iríamos encontrar nas escolas”.

“Parcialmente. Pois os assuntos tratados eram voltados para estudo de legislações e documentos que norteiam a Educação Especial. Pouco se falou sobre a Prática Educativa, sobre currículo, avaliação para o público-alvo da Educação Especial”.

A integração entre teoria e prática é essencial para preparar professores habilitados a refletir criticamente sobre sua atuação e a desenvolver estratégias para atender às necessidades presentes no cotidiano escolar. É necessária uma reavaliação estrutural nos componentes curriculares dos cursos de formação de profissionais da educação; e se as disciplinas ofertadas possibilitam a esse educador subsídios para promover uma educação escolar eficiente aos alunos PAEE.

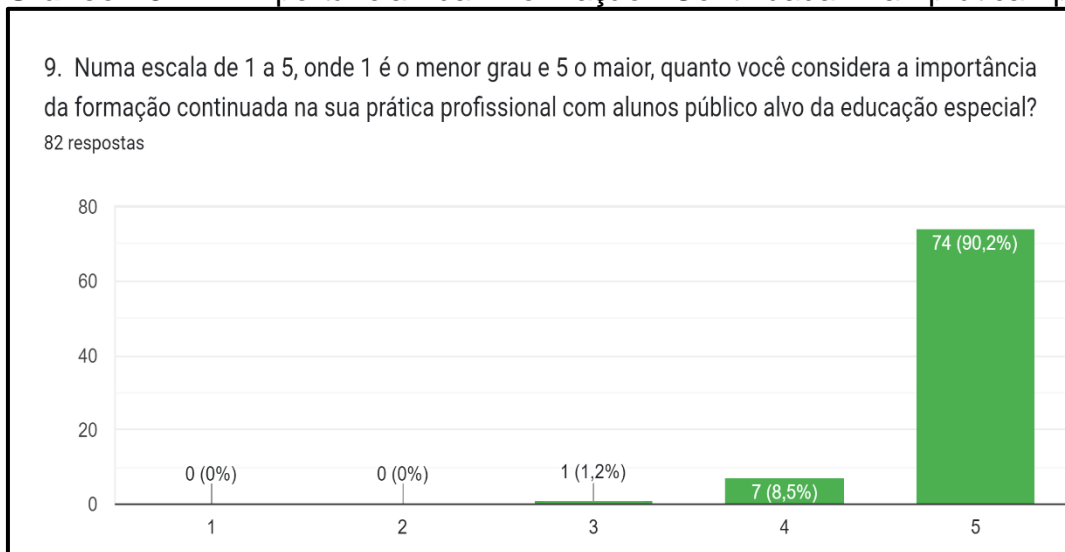
Para Nóvoa, a formação continuada:

[...] não se constroi por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. (Nóvoa, 1995, p. 21)

[...] desenvolve-se no espaço da profissão, resultando de uma reflexão partilhada entre os professores, com o objetivo de compreender e melhorar o trabalho docente. (Nóvoa, 2017, p. 1125).

Com base nos dados da questão 9, obteve-se o gráfico 5, em que é possível observar a relevância da formação continuada na prática profissional aos respondentes desta pesquisa. Nota-se que a maioria dos respondentes, 90,2%, consideram a formação continuada muito importante, juntamente com 8,5% que classificou em 4 o nível de importância desta ação e finalizando com 1,2% com nível 3.

Gráfico 5 – Importância da Formação Continuada na prática profissional



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

A Resolução CNE/CP nº 1/2020, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) dispõe sobre no artigo 4:

A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (BRASIL. CNE. CP, 2020).

Nesse sentido, o objetivo central da formação continuada é auxiliar os educadores na solução dos desafios e eventos que ocorrem na sala de aula. Analisar e discutir sobre a formação e desenvolvimento profissional dos educadores é essencial, já que o sucesso dos alunos é parte da responsabilidade deles, e para isso é fundamental proporcionar as condições necessárias para que esse processo se

concretize. Para que isso aconteça de forma significativa, é crucial que o educador esteja continuamente aprendendo, procurando constantemente adquirir novos conhecimentos para melhorar sua abordagem de ensino.

A partir da questão 9, apresentada juntamente ao gráfico 5 foi solicitado aos respondentes um exemplo de ação pedagógica realizada pelo educador e, dentre os 82 entrevistados, 70 responderam esta questão citando ao menos uma das seguintes expressões: “Audiodescrição”; “uso do multiplano”; “compreensão sobre acessibilidade”; “trabalho com estudantes surdos”. E ainda:

“Busco elaborar materiais em linguagens diversas que favoreçam diferentes estudantes (vídeo, imagem, aula expositiva, músicas, audiodescrição...). Além dessa preocupação mais geral, desenvolvemos PEI para estudantes que demandam maior flexibilização no percurso formativo”.

“Destaco uma atividade que foi a exibição de um filme para a turma em que tinha uma aluna cega. Estive com ela em reunião antes do filme e relatei cada detalhe da história de forma objetiva, de tal modo que ela participou da discussão e comentou que se sentiu muito bem por saber/conhecer cada cena que a turma mencionava no debate. Isso foi muito importante para todos”.

“Adaptações das atividades das disciplinas segundo necessidades dos alunos e orientações do setor de atendimento a alunos com necessidades especiais do campus onde atuo”.

Considerando as informações apresentadas no parágrafo anterior, é claro que a maioria dos educadores se empenha para conectar o conteúdo das matérias que ensinam com a aplicação prática no campo profissional; porém é válido ressaltar a seguinte resposta feita por um respondente:

“Infelizmente, considero que foram apenas tentativas em que estou me aprimorando. Recentemente temos recebido muitos estudantes com laudos de autismo em vários graus que necessitam acompanhamento particularizado. Realizei atividades de acompanhamento individual, substituição de provas por outras atividades formativas, entre algumas outras pequenas ações (e.g., reduzir o ruído da sala de aula ao empregar fones de ouvido anti ruído). Mas ainda considero tudo um aprendizado em que gostaria de possuir capacitação mais sistematizada”.

À esta afirmação é possível perceber que apesar do apoio do NAPNE de sua instituição, sua formação e prática inclusiva, este educador ainda não se sente capacitado para atuar com as diversas especificidades. Atualmente, na esfera educacional, muitos profissionais ainda enfrentam incertezas e hesitações em relação à inclusão. No entanto, é fundamental confiar no aprendizado para todos. O cerne da

questão não reside na atenção especial a determinados grupos, mas sim no direito a um atendimento de qualidade e eficaz. Acesso à formação é essencial para garantir o direito fundamental de aprender.

A partir da questão 10, foi analisado o conhecimento sobre práticas pedagógicas inclusivas e elaborado o gráfico 6. Dos 82 participantes, 73 (89% dos respondentes), atuam nos RFEPCT que possuem parcialmente espaço, estrutura e propostas pedagógicas voltadas para educação inclusiva e nove educadores, 11% que atuam unidades escolares que possuem em todos os âmbitos ações voltadas para educação inclusiva.

O decreto número 7.611³, promulgado em 17 de novembro de 2011, trata sobre questões relacionadas à educação especial, ao atendimento educacional especializado, e estabelece outras disposições. O referido decreto estabelece, em seu primeiro artigo, que é responsabilidade do Estado oferecer educação às pessoas que necessitam de educação especial. Para isso, é necessário garantir um sistema de ensino inclusivo em todos os seus níveis, implementar medidas personalizadas e eficazes de suporte, com o objetivo de criar um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico desses alunos. Além disso, o decreto prevê a oferta de educação especial dentro do ensino regular e o fornecimento de apoio técnico e financeiro às instituições privadas especializadas exclusivamente em educação especial.

A fim de minimizar essas desigualdades, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, desde 2008, tem enfatizado a necessidade urgente de reavaliar a maneira como os sistemas educacionais são estruturados, buscando uma transformação tanto estrutural quanto cultural nas escolas, de modo a garantir que todas as especificidades dos estudantes sejam garantidas.

³http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Último acesso em 24/04/2024.

Gráfico 6 – Inclusão escolar



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Através da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que define as diretrizes nacionais gerais para a EPT, em seu capítulo IV, trata da formação de professores, e recomenda no artigo 40 § 4º:

A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de professores. (BRASIL, 2012)

Nesse sentido, a questão 11, apresentada juntamente ao gráfico 7 aponta sobre a promoção de formação continuada sobre educação inclusiva no ambiente escolar o qual os entrevistados trabalham. Nota-se que a maioria, 63,4%, atuam em instituições que promovem formação continuada sobre educação inclusiva, porém pontualmente, enquanto 19,5% ao longo do ano, 4,9% bimestralmente e 12,2% não contemplam esta ação.

Quanto à perspectiva inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, reforçou a compreensão das pessoas com deficiências enquanto sujeitos de direito, sendo responsabilidade do poder público a adoção de práticas pedagógicas inclusivas quando no artigo 28 inciso X: “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.” (BRASIL, 2015).

Gráfico 7 – Promoção de formação continuada sobre educação inclusiva

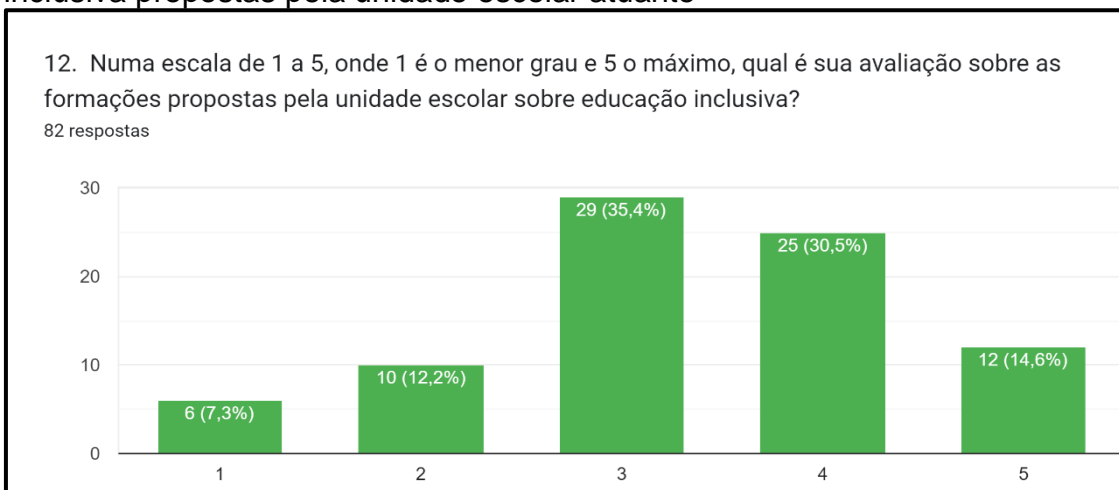


Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Em relação à avaliação sobre as formações propostas pela unidade escolar sobre educação inclusiva, na pergunta 12 do questionário, obteve-se o gráfico 8. Evidência que a maioria dos respondentes, correspondendo a 65,9% escolheram a pontuação 3 e 4 em sua avaliação sobre as propostas de formação em sua escola. Já 14,6% escolheram a pontuação máxima, que é a 5, para esta avaliação; e 19,9% colocaram as pontuações 1 e 2 para as formações propostas.

Entre os documentos em destaque, ressaltamos a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* que recomenda: “Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (BRASIL, 2008).

Gráfico 8 – Avaliação dos respondentes sobre as formações sobre educação inclusiva propostas pela unidade escolar atuante



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Em relação à realização de formação continuada promovendo práticas pedagógicas inclusivas, gerou-se a questão 13 (gráfico 9). A 41,8% dos educadores realizaram até 2 capacitações, 7,6% até 5 capacitações, 6,1% até 10 capacitações, 28% não realizaram alguma capacitação e 16,5% responderam, em outros, que já participaram de algumas palestras ou realizaram estudos sobre educação inclusiva de forma autônoma.

Considerando a formação acadêmica mais elevada dos profissionais que participaram desta pesquisa, constituída por 97,6% de doutores, compreende-se que um curso sobre práticas inclusivas, não seja o foco de interesse ou objetivo destes educadores.

Nesse contexto, vale ressaltar que cursos de formação contínua, participação em seminários e eventos dedicados à educação especial para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sejam disponibilizados em instituições reconhecidas pela sua excelência educacional, como é o caso do CPEI e dos Institutos Federais (IFs).

Como afirmam Almeida, Effgen e Sá (2018), precisamos cogitar processos formativos na perspectiva inclusiva construída por vias democráticas e comunicativas, que de fato oportunizem emancipar professores, pesquisadores e demais profissionais da área, na produção intersubjetiva de conhecimentos, conjugando teoria e prática.

Gráfico 9 – Participação em formação continuada voltada para educação especial



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

A partir da questão 14, com intuito de conhecer se a instituição atuante dos respondentes possui um setor ou núcleo específico aos alunos público-alvo da

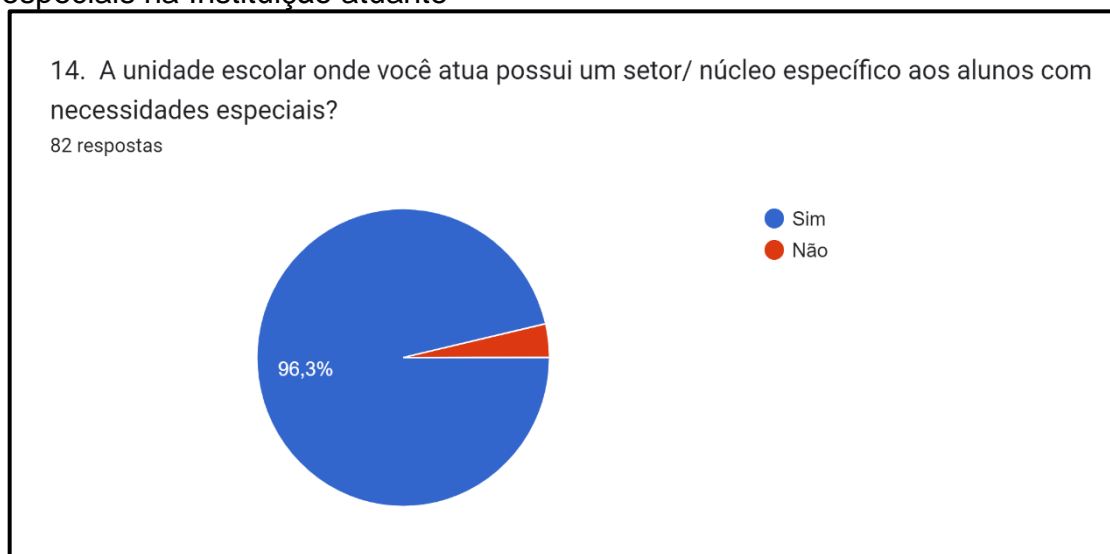
educação especial (PAEE), foi elaborado gráfico 10. A maioria dos educadores, 96,3%, citaram que possuem este setor, em contrapartida 3,7% não possuem.

Para a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 a educação é um direito de:

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino (BRASIL, 2015).

Nos Institutos Federais, o NAPNE tem por objetivo a implementação de iniciativas que favoreçam a inclusão educacional de indivíduos com necessidades específicas de aprendizado, visando facilitar o acesso, a permanência e o sucesso escolar, assim como promover uma melhor qualidade de vida, fundamentada em princípios de ética, respeito, cidadania e justiça social. Além disso, realiza ações que incluem a promoção de reuniões, palestras educativas e colaborações com especialistas e entidades envolvidas com a inclusão social e educacional. Também elabora documentos voltados para garantir os direitos dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Gráfico 10 – Existência de núcleo específico aos alunos com necessidades especiais na Instituição atuante



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Buscando conhecer melhor sobre a compreensão deste núcleo específico elaborou-se a seguinte questão: “Você tem conhecimento das ações desenvolvidas por este setor/núcleo? Cite uma.” Dos 82 participantes, 7 deles deixaram o campo destinado à resposta em branco, ou seja, não expressaram seus entendimentos. Destes, 75 responderam em sua maioria a funcionalidade principal do NAPNE que é: *“Disponibilidade de intérpretes, ledores e transcritores”; “Palestras formativas, e dialogadas sobre necessidades específicas dos estudantes por turma”; “Produção de PEI, para estudantes específicos e suas necessidades”; “O NAPNE dá suporte aos professores na produção de material adaptado para as aulas”*. E ainda:

“O NAPNE realiza o acompanhamento dos estudantes diagnosticados com alguma necessidade especial ou transtorno de aprendizagem e auxilia os docentes nas práticas inclusivas”.

Percebe-se que os educadores entrevistados e que possuem este núcleo em sua unidade escolar compreendem o entendimento de sua função e utilizam deste setor para o melhor rendimento das propostas pedagógicas pertencentes aos alunos PAEE.

Na análise da questão 15, quanto ao conhecimento dos educadores sobre leis que versam sobre pessoas com necessidades especiais ou educação especial/inclusiva, obteve-se os dados do gráfico 11. Do total de 82 respondentes, 85,2% afirmam ter entendimento de alguma lei, em confronto com 14,8% afirmam não ter informação.

Este resultado aponta para a necessidade de serem disponibilizadas, divulgadas, oportunizada de forma continuada, por parte das instituições, conforme preconizada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 que diz no artigo 28:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015).

É válido ressaltar a importância de desenvolver e implementar processos para formação continuada visando o viés emancipatório que é a proposta do ensino profissional tecnológico. Em tempos em que as formações continuadas consideram os participantes enquanto sujeitos de produção de conhecimento, objetivando a compreensão e a melhora do trabalho dos educadores que atuam com a educação especial.

Gráfico 11 – Conhecimento sobre leis que dissertam sobre NEE ou EE.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do questionário, 2024.

Ao final do questionário, foi disponibilizada a seguinte pergunta: Atualmente, você se sente capacitado(a) para atuar em um processo de inclusão no espaço escolar? Discorra um pouco sobre. Dos 82 educadores, 47,5% dos respondentes não se consideram capacitados para atuar com alunos PAEE, expressando as seguintes respostas: *“Não me sinto capacitado. Inclusive esse tema é uma das minhas falas nas reuniões pedagógicas”*. E ainda:

“Não, as demandas necessitam ser identificadas, adaptadas e nos esbarramos em salas de aula lotadas, carga horária sufocante. Contudo essa é uma realidade que precisa avançar no direito de todos a educação pública de qualidade”.

“Não. Considerando que o Atendimento Educacional Especializado requer um significativo nível de formação para os profissionais da educação, não considero ter a formação adequada para dar conta da complexidade dessa demanda”.

“Não, já me sinto bem mais capacitado que no passado, porém ainda tenho bastante receio sobre se estou fazendo as práticas corretas, se estou usando os termos certos. Sempre acho que poderia estar usando metodologias mais adequadas. Mas já tive uma evolução grande ao longo da carreira, principalmente após ter duas alunas surdas no curso técnico”.

“Não me sinto plenamente capacitado. Tenho muitas dúvidas sobre como agir e como posso contribuir com os estudantes. O NAPNE é muito atuante na instituição, mas são poucos profissionais e não dão conta de toda a complexidade envolvida no processo”.

“Mesmo tendo buscado conhecer um pouco mais sobre o assunto, sobre metodologias, tecnologias assistivas, infelizmente considero que ainda não estou apta a trabalhar a inclusão com os alunos. São muitas particularidades, muitos alunos especiais com perfis diferentes, e nós professores, devido às várias demandas do dia a dia, infelizmente não temos o tempo necessário para a busca de estratégias diferenciadas para oportunizar uma inclusão efetiva”.

“Penso que é um processo contínuo e de ação constante, devido a diversidade que temos nesse campo. Não me sinto capacitado, mas penso que estar disponível e entender a construção de um ambiente educacional sobre esses pilares, é extremamente importante”.

Vinte e seis educadores, 31,7% dos respondentes, apresentaram uma parcialidade quanto a sua capacidade de atuar em um processo de inclusão no ambiente escolar. Para tal justificativa, segue as considerações:

“Me sinto parcialmente capacitado, no entanto, dependendo de quais necessidades específicas estejamos na presença no espaço escolar o desafio torna-se maior, sem contar que não teria como promover estratégias de atuação nos casos em que nunca tive contato profissional, como pessoas com cegueira, ou com déficit de aprendizagem, ou mesmo com algum tipo de transtorno mais severo, seja ele psíquico ou motor. Por outro lado, estamos dispostos a buscar soluções viáveis, caso seja necessário lidar com o público com alguma necessidade específica, buscando o auxílio do setor competente presente no meu Campus”.

“Em parte. Me entendo como um professor inclusivo, porém, acabamos não tendo o tempo necessário para toda a preparação que uma educação inclusiva requer. Se não há esse tempo para o professor, deveria existir uma equipe multidisciplinar que pudesse avaliar e sugerir práticas inclusivas para eles, em especial nos casos em que há estudantes em condições especiais”.

“Parcialmente, pois trabalhar com inclusão é muito mais abrangente do que se pensa. Tenho formação em áreas muito específicas, não tenho um conhecimento abrangente de todo ou boa parte das áreas de que se trata a inclusão”.

Dezessete educadores afirmam estar capacitados para práticas pedagógicas inclusivas na sua instituição atuante. Percebe-se que estes profissionais trazem noções e estudos desta prática em sua formação acadêmica, o que favorece esta ação. As respostas que se aproximaram desta afirmação foram:

“Sim. Acredito que o ideal seria o docente acompanhar as reuniões de conselho juntamente com a equipe do NAPNE. Cada caso pode ser avaliado para

elaborar um PEI, ou ações específicas para adaptação e formação dos agentes escolares”.

“Sim, faço isso há 18 anos em diferentes instâncias e extremos das fases processuais de ensino”; “Sim, pois atuo no NAPNE do campus em que trabalho com atendimento às pessoas com necessidades específicas”.

“Sim, pois direcionei minha formação (psicopedagogia, mestrado e doutorado) para a área da educação especial, além de participar de cursos e eventos de capacitação nesta área”.

“Sim. Tenho graduação em pedagogia com habilitação em Educação Especial. Além disso, fiz especialização e mestrado na área. Como ministro disciplinas sobre o tema na licenciatura, busco me manter atualizada sobre o tema. Além disso, o Núcleo de Atendimento e PNEE no campus, presta todo apoio e orientação sobre os estudantes acompanhados”.

Os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de um enfoque renovado na formação inicial e continuada dos educadores na EPT, com ênfase nas práticas pedagógicas inclusivas. A análise dos dados revela tanto a experiência e o comprometimento dos educadores quanto as lacunas que precisam ser abordadas para garantir uma educação mais inclusiva e eficaz, promovendo a equidade e a diversidade no ambiente escolar. A pesquisa não só identifica essas lacunas, mas também serve como um chamado à ação para as instituições de formação docente e políticas educacionais, com o intuito de melhorar a capacitação e a preparação dos educadores para os desafios contemporâneos da educação inclusiva.

A ausência ou oferta limitada de formações continuadas emergiu como um dos principais problemas enfrentados pelos educadores. Esse resultado aponta para a necessidade de ampliação dos debates e da oferta dessas formações, sobretudo considerando que a inclusão educacional é uma política pública prioritária. A pesquisa ressalta a importância de oferecer formações que abordem não apenas aspectos teóricos, mas também práticas pedagógicas inclusivas que possam ser aplicadas no cotidiano escolar.

O processo de coleta de dados e a análise dos resultados mostraram-se fundamentais para entender a lacuna existente na formação continuada de educadores no âmbito da EPT. A diversidade das funções dos participantes (professores, TAEs, gestores e coordenadores pedagógicos) permitiu uma visão abrangente sobre como diferentes atores do processo educativo percebem a importância da formação continuada para a inclusão.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

A formação continuada é um elemento crucial para o desenvolvimento profissional dos educadores, especialmente em contextos de educação inclusiva. No âmbito da EPT, essa formação deve atender às necessidades específicas dos alunos e preparar os educadores para enfrentar os desafios de um ambiente educacional diverso. Com esse propósito, foi elaborado um produto educacional no formato de *podcast*, voltado para dialogar com egressos do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) cujas pesquisas foram dedicadas a práticas inclusivas.

O *podcast* é uma ferramenta de fácil acesso e produção, e baseia-se em sua acessibilidade e flexibilidade. Os *podcasts* têm se popularizado como um meio alternativo de disseminação de informações, permitindo que os ouvintes acessem conteúdos educativos em diferentes contextos e horários. Para os educadores, essa flexibilidade é essencial, pois facilita a integração da formação continuada em suas rotinas diárias.

Medeiros e Medeiros (2018) discutem como os *podcasts*, como plataformas digitais emergentes, têm potencial para transformar a educação ao oferecer novos formatos e oportunidades de aprendizagem. De acordo com os autores, os *podcasts* permitem acesso flexível a conteúdos educativos, promovendo a aprendizagem autônoma e o engajamento dos estudantes em temas diversos. Além disso, os autores ressaltam que os *podcasts* podem ser utilizados como ferramentas complementares no ensino, permitindo que professores e alunos explorem conteúdos de forma dinâmica e interativa. A adaptabilidade e a variedade de temas abordados nos *Podcasts* contribuem para um ensino mais enriquecedor e acessível.

De forma geral, o *podcast* é um formato de produção de mídia em áudio, semelhante a um programa de rádio, mas distribuído digitalmente em arquivos de áudio mp3 ou via *streaming* e ouvido sob demanda, ou seja, o ouvinte escolhe o quê, quando e onde escutar, utilizando qualquer dispositivo (FREIRE, 2013).

De acordo com Freire (2013) o *podcast* é uma mídia e tecnologia de informação e comunicação relativamente nova em comparação com o rádio ou a televisão, que surgiu por volta de 2004, com a primeira produção brasileira ocorrendo em 2005.

Gradualmente, os *Podcasts* têm se popularizado tanto internacionalmente quanto nacionalmente, atraindo investimentos de grandes empresas como *Google* e *Spotify* (TRINDADE, 2019).

Para garantir a acessibilidade, o *podcast* será disponibilizado na plataforma de streaming *Spotify*. A disseminação do *podcast* incluirá campanhas em redes sociais e parcerias com instituições educacionais para alcançar um público amplo e diversificado.

Neste estudo, o principal objetivo do *podcast* intitulado como Educast ProfEPT tem por objetivo proporcionar um espaço de diálogo e troca de experiências sobre práticas inclusivas na EPT. Através das entrevistas com egressos do ProfEPT, o *podcast* visa destacar os avanços, desafios e estratégias implementadas na educação inclusiva, oferecendo aos ouvintes perspectivas e entendimentos práticos e teóricos que possam ser aplicados em suas próprias práticas educacionais.

Decidimos também criar um logotipo para o Educast⁴, com o objetivo de melhorar sua identificação nas plataformas, associando-o a uma identidade visual inspirada em *podcasts* populares disponíveis na internet. Essa tarefa foi realizada pela pesquisadora.

Figura1 – Logotipo Educast



Fonte: A autora, 2024.

Acesse o Educast: <https://open.spotify.com/show/5ji7BkAZZO1IUpB0Rqetjs>

⁴ Programa utilizado para criação do logotipo: Canva em abril de 2024.

Com o *podcast* como produto educacional, as respostas às questões desta pesquisa se apresentaram na conversa entre a autora deste trabalho e os entrevistados, à medida em que as perguntas forem surgindo.

O impacto esperado do *podcast* é duplo: por um lado, espera-se que os educadores adquiram novos conhecimentos e habilidades para promover a inclusão em suas práticas diárias; por outro, o *podcast* visa criar uma comunidade de prática onde os educadores possam compartilhar suas próprias experiências e aprender uns com os outros. Essa dinâmica de aprendizado colaborativo é fundamental para a melhoria contínua da educação inclusiva.

Também é necessário perceber que o produto educacional não é apenas um método de aplicabilidade da pesquisa, e sim a concretude das respostas às questões de pesquisa. Deve ter um impacto dentro do contexto em que se propõe, podendo “ser compartilhado e replicado pela comunidade, chegando, assim, ao “chão da escola” na Educação Básica, Técnica ou Superior, ou ambientes não formais” (MENDONÇA et al., 2022, p.4).

As autoras seguem ainda trazendo outro aspecto em relação ao produto educacional, de que deve ser “uma produção autônoma em relação à tese” (MENDONÇA et al., 2022, p.5). Ou seja, o produto educacional deve conter elementos suficientes para que possa ser compreendido independentemente da leitura da dissertação.

Latini et al (2011) sinalizam que os produtos educacionais precisam ser amplamente divulgados entre os profissionais para os quais foram elaborados, assim o produto poderá articular entre teoria e prática e contribuir para melhoria da educação, de forma direcionada ao tema proposto potencializando a sua participação e pensamento crítico.

Segundo Kaplún (2003), para análise e construção de um produto educacional são necessários três eixos: *eixo conceitual*, está relacionado ao(s) objeto(s) de conhecimento, foco central do material; *eixo pedagógico*, está relacionado à metodologia de ensino escolhida para o material, assim como à forma de organização dos conteúdos e os recursos pedagógicos indicados. Para o pesquisador, o eixo pedagógico deve ser o articulador principal de um material didático, pois a forma

escolhida para articular os conteúdos é que vai definir um ponto de partida e um ponto de chegada e *eixo comunicacional*: o autor afirma que é a escolha do veículo precisa ser adequada ao tipo de estrada que queremos seguir e a ainda ao que queremos fazer no percurso. Toda a estrutura do produto deve ser clara e de fácil entendimento para os sujeitos, assim a sua disseminação e aplicabilidade ficará mais fácil. E ainda:

[...] um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes etc. (KAPLÚN, 2003, p. 46).

O trecho destacado acima ressalta uma visão ampliada sobre o que constitui um material educativo. Segundo Kaplún, um material educativo não é meramente um veículo de informação, mas um recurso que, em um contexto específico, facilita ou apoia o desenvolvimento de experiências de aprendizado significativas. Essas experiências promovem mudanças e enriquecimentos diversos, sejam conceituais, perceptivos, axiológicos, afetivos, de habilidades ou atitudes. Essa visão se relaciona diretamente com o *podcast* como produto educacional para a formação continuada de educadores na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) inclusiva.

A inclusão é um valor fundamental na educação. Nesse estudo, o *podcast* promove discussões que reforçam a importância da inclusão, estimulando uma reflexão sobre valores educacionais e sociais. Além disso, ao ouvir histórias e experiências de outros educadores, os ouvintes podem se conectar emocionalmente, sentindo-se parte de uma comunidade que valoriza e promove a diversidade. Os episódios do *Educast* são projetados para não apenas informar, mas também para desenvolver habilidades práticas. Ao discutir métodos de ensino inclusivos e tecnologias assistivas, o *podcast* fornece aos educadores ferramentas concretas que podem ser aplicadas em sala de aula. Essa abordagem prática contribui para o desenvolvimento de atitudes positivas em relação à inclusão, promovendo um compromisso ativo com práticas educacionais inclusivas.

A criação de um *podcast* como produto educacional para a formação continuada de educadores na EPT inclusiva é uma iniciativa inovadora e necessária. Este formato permite um acesso flexível e abrangente ao conhecimento, promovendo

uma educação inclusiva e de qualidade. Ao compartilhar experiências e estratégias de sucesso, o *podcast* contribuirá significativamente para o desenvolvimento profissional dos educadores e para a inclusão efetiva de todos os alunos. Representa uma abordagem moderna e eficaz para a formação continuada de educadores na EPT. Ao abordar temas cruciais e proporcionar um espaço para a troca de experiências, este projeto visa não apenas a melhoria das práticas educacionais, mas também a promoção de uma cultura inclusiva nas instituições de ensino. A expectativa é que, através desse esforço colaborativo, seja possível alcançar uma educação mais equitativa e inclusiva para todos os estudantes.

O planejamento do *podcast* envolve a definição de temas relevantes que serão abordados em cada episódio. Esses temas são escolhidos com base nos objetivos específicos da pesquisa, garantindo que cada episódio contribua para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda das práticas inclusivas na EPT. A estrutura do *podcast* inclui introduções contextuais, entrevistas detalhadas e discussões reflexivas que promovem um aprendizado ativo e envolvente.

Os temas abordados no *podcast* Educast ProfEPT incluem estratégias pedagógicas para a inclusão, adaptações curriculares, tecnologias assistivas, e políticas educacionais voltadas para a formação continuada dos educadores. Cada episódio é dedicado a um tema específico, permitindo uma exploração aprofundada e detalhada das questões envolvidas.

Os convidados do *podcast* são egressos do ProfEPT que realizaram pesquisas significativas sobre educação inclusiva. A seleção desses convidados é feita com base na relevância e impacto de suas pesquisas, assegurando que as discussões sejam ricas em conteúdo e experiências práticas. Esses profissionais trazem uma diversidade de perspectivas e abordagens, enriquecendo o diálogo sobre inclusão e a formação continuada na EPT. É importante salientar aqui que os *podcasts* se apresentam com um formato de uma entrevista semiestruturada.

Os convidados foram selecionados através da visualização dos produtos educacionais e suas dissertações contidas no quadro 1, em maior relevância nas práticas educacionais inclusivas como website, *podcast*, cartilha digital. Foram enviados *e-mails* convidando os egressos a participarem da entrevista em formato de

podcast. Totalizando treze e-mails enviados, obtivemos cinco respostas a esta proposta. Duas delas confirmaram a sua participação, outras duas disseram que se interessaram na pesquisa, porém não desejaram participar do *podcast* pois não atuam diretamente com EPT e uma convidada ainda não confirmou a data de sua participação.

Diante deste cenário, foi ampliado o convite aos egressos, enviando *e-mail* através do contato no currículo lattes. Assim será possível dar continuidade a este projeto, potencializando os processos e práticas educacionais inclusivas.

Obtivemos duas confirmações, as quais participaram do Educast ProfEPT: a primeira entrevistada foi a Antonia Neilma Gomes e Silva, egressa do ProfEPT IFMA, que realizou a pesquisa intitulada A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: movimenta(ações) inclusivas no cotidiano do Ensino Médio Integrado. Como produto educacional foi criado o Website (IN)Formativo em EPT Inclusiva. A segunda entrevistada foi a Karoline Gonçalves Nazário, egressa do ProfEPT IFSC, que realizou a pesquisa intitulada Educação profissional inclusiva: o *podcast* como recurso educacional e disseminação de práticas inclusivas. Como produto educacional foi realizado o *podcast* Caçadores da Inclusão.

Educast ProfEPT oportunizou uma troca de experiências e aprendizagens colaborativas. A gravação foi realizada de forma remota através da Plataforma Teams e Whatsapp. Organizamos com as egressas uma pré-entrevista para conversar com as convidadas, separadamente, antes da gravação ajudando a preparar e deixa-las confortável a fim de entender os assuntos pertinentes às perguntas relacionadas no apêndice D. Nesta conversa, alinhamos a data da gravação da entrevista para que a ocorresse em um ambiente sem maiores ruídos.

Ao ouvir e refletir sobre as experiências de outros educadores, os ouvintes tem a oportunidade de participar de uma comunidade de prática. Essa interação pode levar a uma reflexão profunda sobre suas próprias práticas e a identificação de novas abordagens para enfrentar desafios educacionais. Como um material educativo, o *podcast* é altamente acessível e flexível, os educadores podem ouvir os episódios em momentos convenientes, integrando o aprendizado em suas rotinas diárias.

Assim, o *podcast* como produto educacional exemplifica a visão de Kaplún (2003) sobre materiais educativos. Ele não se limita a fornecer informações, mas facilita experiências de aprendizado enriquecedoras que promovem mudanças conceituais, perceptivas, axiológicas, afetivas e de habilidades. Ao proporcionar uma plataforma de diálogo e troca de experiências, o *podcast* contribui para o desenvolvimento profissional contínuo dos educadores, alinhando-se com a missão de uma educação inclusiva e de qualidade na EPT.

7. CONCLUSÕES FINAIS

A pesquisa sobre a relevância da formação continuada sobre as práticas educacionais inclusivas aos educadores atuantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) revelou aspectos cruciais sobre a atuação dos educadores e a estrutura das instituições de ensino.

O levantamento bibliográfico apresentou 47 dissertações, as quais foram analisadas por sua ênfase na formação e qualificação de professores, técnicos e outros educadores que atuam nos Institutos Federais. Essa abordagem reforça a relevância da formação inclusiva como um aspecto central da prática educacional e a melhoria no atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (PAEE), destacando o papel dos Institutos Federais na capacitação de profissionais que promovem uma educação mais acessível e equitativa. Além disso, ressalta-se a importância de iniciativas voltadas à compreensão da responsividade educacional, que podem servir como base para apoiar educadores do ensino médio integrado.

É conveniente salientar que, entre 2019 e 2022, houve uma produção acadêmica relevante em todas as regiões do país sobre o tema em análise, mas com destaque para o Nordeste (12 dissertações) e o Norte (11 dissertações). Esse volume de trabalhos nessas duas regiões reflete uma preocupação significativa em discutir e aprofundar questões relacionadas ao tema em foco, seja pela necessidade de desenvolvimento de práticas específicas, pela busca de soluções para desafios locais ou pelo interesse em fortalecer a formação e a inclusão educacional nessas áreas. Em comparação, as regiões Sul e Sudeste produziram 10 dissertações cada, e a Centro-Oeste, apenas 4, sugerindo uma diferença no nível de prioridade ou foco acadêmico em relação ao assunto abordado.

Os dados coletados no questionário mostraram a importância de um setor específico dedicado aos alunos público-alvo da educação especial (PAEE), evidenciando que a maioria das instituições possuem esse núcleo. Esse dado demonstra uma conscientização crescente sobre a necessidade de apoio especializado para garantir a inclusão e o sucesso acadêmico dos estudantes com necessidades especiais.

A funcionalidade dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é amplamente reconhecida pelos educadores, que citaram ações como acompanhamento dos estudantes diagnosticados, disponibilização de intérpretes, produção de Planos Educacionais Individualizados (PEI) e suporte na adaptação de materiais didáticos. Essa compreensão do papel do NAPNE reflete um entendimento claro de sua importância na promoção de práticas pedagógicas inclusivas eficazes.

Com esses núcleos, visava-se tornar a instituição de ensino mais preparada para o acolhimento dos discentes público-alvo da educação especial, na medida em que colaborariam com processos formativos de uma educação institucional que compreende e respeite a diversidade presente, contribuindo para um convívio harmonioso, assim como, buscando a eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais que possam prejudicar o aprendizado dos estudantes com deficiência. (SOUSA, 2021, p. 44)

No entanto, a pesquisa também evidenciou lacunas significativas na formação inicial dos educadores. Apesar da maioria dos respondentes possuírem doutorado, grande parte não recebeu formação específica sobre educação inclusiva durante a graduação. Esse dado sublinha a necessidade urgente de incorporar conteúdos sobre educação especial nos currículos dos cursos de formação de professores, de modo a preparar adequadamente os futuros educadores para os desafios da inclusão.

As respostas dos educadores oferecem percepções sobre os desafios enfrentados. Muitos mencionam a insuficiência das disciplinas sobre inclusão durante a graduação, apontando para uma necessidade de revisão curricular. Outros destacam a importância de uma formação que integre teoria e prática, refletindo a realidade das salas de aula e preparando os educadores para lidar com diversas necessidades.

A formação continuada aparece como uma ferramenta indispensável para suprir essas lacunas. A maioria dos educadores considera a formação continuada muito importante, o que indica que esses programas têm um papel crucial no desenvolvimento profissional dos educadores, ajudando-os a atualizar seus conhecimentos e práticas pedagógicas. A flexibilidade e acessibilidade de formatos como *Podcasts* e seminários online podem ampliar ainda mais o alcance dessas formações, tornando-as mais compatíveis com as agendas ocupadas dos educadores, Freire (2003) relata:

A responsabilidade ética, política e profissional do docente lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do docente. Formação que se funda na análise crítica de sua prática (FREIRE, 2003, p. 28).

Outro ponto importante evidenciado neste trabalho é a importância de um compromisso institucional com a formação continuada. As instituições de ensino devem não apenas oferecer esses programas, mas também incentivar a participação ativa dos educadores. Isso pode ser feito por meio de incentivos, reconhecimento profissional e a criação de uma cultura institucional que valorize e promova a educação inclusiva. As formações devem abordar tanto aspectos teóricos quanto práticos, oferecendo aos educadores ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários em sala de aula.

Foi destacado também que a maioria das instituições promove formação continuada sobre educação inclusiva, embora muitas vezes de forma pontual. Esse dado sugere que, enquanto há um esforço para oferecer essas formações, ainda há espaço para uma maior regularidade e profundidade nos programas oferecidos. A implementação de formações continuadas mais frequentes e detalhadas pode fortalecer as habilidades dos educadores e aumentar sua confiança em lidar com alunos PAEE.

A análise das respostas dos educadores sobre sua capacitação para atuar em processos de inclusão revela uma divisão significativa. Quase metade não se sente capacitada, alguns se consideram parcialmente capacitados e apenas uma minoria se sente totalmente preparada. Esses números indicam que, apesar das iniciativas de formação, muitos educadores ainda enfrentam dificuldades práticas e teóricas na implementação de práticas inclusivas, destacando a necessidade de uma formação mais robusta e contínua.

A presença de um setor especializado em atendimento às pessoas com necessidades específicas, eficaz e a compreensão de suas funções são aspectos positivos, mas a efetividade dessas ações depende também da formação contínua dos educadores. As instituições de ensino devem garantir que os educadores tenham

acesso regular a programas de formação continuada que abordem tanto a legislação quanto às práticas pedagógicas inovadoras para a inclusão. Além disso, a pesquisa sugere que a capacitação para práticas inclusivas deve ir além das formações pontuais. É necessário um compromisso institucional com a formação contínua, garantindo que todos os educadores, independentemente de sua experiência prévia, tenham oportunidades de desenvolver suas habilidades e conhecimentos ao longo de suas carreiras:

Para que a inclusão seja de fato concretizada no âmbito da educação escolar, é preciso que as políticas públicas enfatizem seus discursos de inclusão pelas ações da escola e pela formação profissional dos docentes, valorizando o enfoque das diferenças humanas sem o paradigma da normalidade (NETO, SILVA e SILVA, 2021, p. 85).

Os dados sobre o conhecimento das leis que regem a educação especial também são encorajadores, com a maioria dos educadores afirmando ter entendimento dessas legislações. No entanto, a mera compreensão teórica não é suficiente; a aplicação prática dessas leis requer um treinamento contínuo e específico.

Foi possível constatar que a pesquisa destaca a relevância crucial da formação continuada para os educadores da EPT, especialmente no que tange às práticas educacionais inclusivas. A formação inicial, por si só, não é suficiente para preparar os educadores para os desafios da inclusão. Portanto, a formação contínua deve ser uma prioridade, integrando teoria e prática e garantindo que os educadores tenham o suporte necessário para proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

A pesquisa ressalta não apenas a importância da formação teórica, mas também a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas. Além de integrar conteúdos sobre educação especial nos currículos de formação inicial, é crucial que os programas de formação continuada sejam regulares e aprofundados. Essa abordagem permitirá que os educadores se mantenham atualizados com as novas metodologias e estratégias para a inclusão, garantindo que todos os alunos, especialmente os do público-alvo da educação especial (PAEE), tenham acesso a uma educação de qualidade.

A integração entre teoria e prática é fundamental para a efetividade da formação continuada. Os programas devem incluir oportunidades para a prática reflexiva, onde os educadores possam aplicar o que aprenderam e refletir sobre suas experiências. Essa prática não apenas reforça o aprendizado, mas também permite que os educadores ajustem suas abordagens pedagógicas para melhor atender às necessidades de seus alunos. A troca de experiências entre educadores também é essencial, pois proporciona um ambiente de apoio e colaboração.

Outro ponto relevante é a adaptação dos materiais didáticos para atender às necessidades específicas dos alunos PAEE. A formação continuada deve incluir treinamento específico sobre como adaptar materiais e métodos de ensino para garantir a acessibilidade e a inclusão de todos os alunos. Isso pode envolver o uso de tecnologias assistivas, a produção de Planos Educacionais Individualizados (PEI) e a disponibilização de intérpretes e transcritores, conforme necessário.

A formação continuada deve ser vista como um processo contínuo e evolutivo. As necessidades dos alunos e as práticas pedagógicas estão em constante mudança, e os educadores devem estar preparados para se adaptar a essas mudanças. Portanto, as instituições de ensino e os formuladores de políticas educacionais devem garantir que os programas de formação continuada sejam flexíveis e responsivos às novas demandas. Somente assim será possível garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos os alunos na EPT.

A partir da análise dos dados e das reflexões propostas, pode-se concluir que a pesquisa destaca a importância da formação e das práticas educacionais inclusivas no contexto contemporâneo. O *podcast* se apresenta como uma ferramenta valiosa nesse cenário, oferecendo um espaço para a divulgação e a interação das pesquisas e produtos educacionais dos egressos entrevistados, enriquecendo as práticas pedagógicas aos educadores da RFEPCT.

Ao se integrar ao conjunto de tecnologias emergentes, o *podcast* se configura como uma alternativa significativa de acessibilidade, acompanhando as transformações tecnológicas e atendendo à demanda por métodos mais flexíveis de ensino e aprendizagem. Como aponta Carvalho et al. (2009), o *podcast* representa o "renascimento do áudio para fins educativos", promovendo uma mediação pedagógica inovadora e ampliando as possibilidades de ensino, não apenas na formalidade das

salas de aula, mas também nos espaços digitais que ampliam o alcance do conhecimento. Portanto, o *podcast* não só contribui para a acessibilidade, mas também para a evolução do processo educativo, oferecendo novas formas de interação e aprendizagem, fundamentais para a inclusão.

Ao final, este estudo conclui que a efetividade das práticas educacionais inclusivas na EPT depende da formação contínua e robusta dos educadores, da compreensão e implementação das funções do setor especializado em atendimento às pessoas com necessidades específicas, e do compromisso institucional em promover uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva**. 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.
- ALMEIDA, M. L.; EFFGEN, A. P. S.; SÁ, M. G. C. S. A pesquisa-ação em princípios e pressupostos: um diálogo com gestores públicos de educação especial. In: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Org.). **Pesquisa em educação: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas**. São Paulo: Loyola, 2018. v. 4, p. 25-47.
- ANDRE, D. A., ELIZA, M.. **Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças**. Revista Diálogo Educacional, vol17, nº 53 pp. 823-841 PUC - PR. 2017.
- ANJOS, I. R. S. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de Educação Profissional Inclusiva**. 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- AZEVEDO, Gustavo Mauricio Estevão de. **Universalizar a educação profissional e tecnológica é dar visibilidade social aos alunos com necessidades educacionais especiais**. Instituto Federal de Pernambuco. 2006.
- BONETI, Lindomar Wessler. Vicissitudes da educação inclusiva. **Política de Educação Superior**, PUC PR, n. 11. Paraná, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 7 mar. 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file> Acesso em: 29 mar. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com

Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm
Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)**. Brasília: MEC/SEEP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2004. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm
Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. **Educação Inclusiva: a escola – v. 3**. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf> Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2005. Disponível em
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL, Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14645.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa TECNEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/tecnep>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BUENO, J. G. S. **A educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores**. São Paulo: UNESP, 1999.

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), ,179-191, 2013.

CARVALHO, A. A.. **Os podcasts no ensino universitário: implicações dos tipos e da duração na aceitação dos alunos**. "Actas do Encontro sobre Web 2.0". ISBN 978-972-8746-63-6. p. 179-190, 2009.

CARVALHO, A.; GIL-PÉREZ, D. **Formação de Professores de Ciências: tendências e inovações**. São Paulo: Cortez, 2011.

CARMO, B. C. M. do, FUMES, N. de L. F., MERCADO, E. L. de O., & Magalhães, L. de O. R. Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial. **Revista Educação Especial**, 32,

e113/ 1–28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X3922>. Acesso em 30 jun. 2023.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G; ClAVATTA, M; RAMOS, M (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3 ed. São Paulo: Cortez: 2012.

CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (orgs). **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

COSTA, M. A. da; FILHO, A. M. Políticas de formação de professores para a Educação Profissional: cem anos de lutas . **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 1113–1136, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46444>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CUNHA, Ana Lúcia Braga Melo; SILVA, Lenina Lopes Soares. **A produção do conhecimento sobre o Programa TEC NEP nos programas de pós-graduação no Brasil – 2000 – 2014**. Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional ISSN: 2358-1190 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2015.
<http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1207>. Acesso em: 24 out 2024.

FABRICIO, N. M. de C; SOUZA, V. C. B. de; GOMES, E. E. A. de S. **Perfil do professor inclusivo**. Revista Psicopedagogia., v. 24, n. 74, p. 117-125, 2007.

FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Winduz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, Gislany Gomes; CORDEIRO, Maria Beatriz Gameiro. **Conhecer as bases conceituais na EPT: uma proposta de inclusão da temática na formação continuada de professores da educação profissional**. Anais 3º Congresso Nacional de Educação de Poços de Caldas, v. 3, n. 1, 2019.

FONSECA, J. J. S. da **Metodologia da pesquisa científica** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 14ª ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2003.

FREIRE, E. P. A. **Podcast na educação brasileira: natureza, potencialidades e implicações de uma tecnologia da comunicação**. 2013. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio

Grande do Norte (UFRN), Natal, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14448>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO G., CIAVATTA M., RAMOS M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, R. M. C. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-119, 2013.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, 31: 1355-1379, 2010.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. 7Letras, 2007.

GLAT, R. & PLETSCH, M.D. **Inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Rio de Janeiro: Editora EduEFJ, 2011.

GLAZIER, J. D. & POWELL, R. R. **Qualitative research in information management**. Englewood: Libraries Unlimited, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, 35(2), p. 57-63, 1995.

INGLES, M. A; SCHNECKENBERG, M; GASPARELO, R. S. **Políticas de educação inclusiva para a formação de professores: uma revisão sistemática**. X ANPED SUL, Florianópolis, 2014.

KAPLÚN, G. Materiais educativos: experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, 271, p. 46-60, 2003.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 60, 1997.

LATINI, R. M; OLIVEIRA, L. R; ANJOS, M. B. dos; CARVALHO, R. H. de S. B. F. de. Análise dos produtos de um mestrado profissional da área de ensino de Ciências e Matemática. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, 4(2), p. 45-57, 2011. Disponível em:

<http://ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/viewFile/94/93>. Acesso em: 27 ago. 2024.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. 7º Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa**. 1. 2018. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LUCKESI, C. C. O ser humano é educável: precisa de cuidados. **Periódico Científico Projeção e Docência**, v. 6, n. 2, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, M. O Professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 74, 77-96, 2001a.

LÜDKE, M. **O Professor e a Pesquisa**. Campinas, Papirus, 2001b.

MACHADO, Lucilia Regina de Souza. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, 2011.

MACIEL, T. S.; Oliveira, A. A. S. de. As contribuições dos estudos de Vygotski à educação: notas sobre um pensamento revolucionário. **Revista Educação e Emancipação**, 11(2), p. 83-107, 2018.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEDEIROS, Matheus Ferreira; MEDEIROS, Alexsandro Melo. Educação e tecnologia: explorando o universo das plataformas digitais e startups na área da educação. In: Congresso Nacional de Educação, 5., 2018, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande, 2018.

MENDONÇA, A. P.; RIZZATTI, I. M.; RÔÇAS, G.; FARIAS, M. S. F. de. O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? : Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino**

Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 8, n. :, p. e211422, 2022. DOI: 10.31417/educitec.v8.2114. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2114>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, mar.2012, p.621-626.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. *In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v.22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NETO, A. F. J., SILVA, F. J. da S., SILVA, L. C. Formação de professores na perspectiva da inclusão. *In: Educação Inclusiva, especial e políticas de inclusão*. Editora Científica Digital. São Paulo, 2021.

NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação** 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, A. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. *Cadernos de Pesquisa*, [S. l.], v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

NÓVOA, A. **Desafios do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: Sinpro, 2007.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Rosane de Machado. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. **Revista Científica Multidisciplinar**, Núcleo do Conhecimento, ano 2, ed. 1, v. 16. p. 522-545, março, 2017.

PARECER CNE/CEB 17/2001.Trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf: Acesso em: 23 jun. 2023.

PARECER CNE/CEB Nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills: Sage, 1980.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=FjBw2oi8EI4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> Acesso: 15 jun.2024.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: genesis e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHNEIDER, E. M., FUJII, R. A. X., & CORAZZA, M. J. (2017), Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(9), 569-584. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/157>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, Lázara Cristina da; REIS, Jane Maria dos Santos (orgs.). **Retratos e Pinturas da formação continuada de professores em educação inclusiva e especial no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

SOUSA, Karina Cardoso de. **O NAPNE e o processo de inclusão no Ensino Técnico Profissionalizante do IFPI Campus Teresina Zona Sul**. 2021. 135f. Dissertação (Mestrado ProfEPT) - Instituto Federal do Piauí, Piauí, 2021.

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 1, n. 2. Jul./Dez. 2003. Editora Unijuí.

TELES, Jorge Luiz; MENDONÇA, Patrícia Ramos (orgs.). **Educação na diversidade: experiências de formação continuada de professores**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

TRINDADE, R. Com gigantes por trás, 2019 é o novo "ano do podcast" no Brasil. **Uol.com.br**, São Paulo, 20 ago. 2019, 04h00. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/08/20/2019-e-o-ano-dos-podcasts-nobrasil>. htm. Acesso em 23 ago. 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil**. *Educar em Revista*, Curitiba, n.65, p. 149-166, jul./set. 2017.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, p. 47-57, 2012.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EDUCADORES DA RFEPC

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada “A relevância da formação continuada sobre as práticas educacionais inclusivas aos educadores atuantes na educação profissional e tecnológica”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica / Colégio Pedro II e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. **OBJETIVO:** O objetivo do estudo é investigar o impacto da formação continuada dos professores e educadores atuantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com enfoque na educação especial e inclusiva.

2. **PROCEDIMENTOS:** A sua participação consistirá em: Você será convidado a responder um questionário online e semiestruturado através do Google Forms que durará aproximadamente 15 minutos, cujo objetivo é analisar as teorias pedagógicas e estratégias didáticas mediante as necessidades especiais dos alunos e os desafios enfrentados pelos professores e educadores no espaço educacional inclusivo da Educação Profissional Tecnológica.

3. **POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS:** Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar: timidez; nervosismo; por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a importância da formação continuada nas práticas pedagógicas inclusivas aos alunos com necessidades específicas. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

4. **GARANTIA DE SIGILO:** os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. **LIBERDADE DE RECUSA:** a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você preencherá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que será enviado ao email cadastrado para seu livre acesso e da pesquisadora. Caso você concorde em participar, ao final da página e a última página será colocada por opção o aceite a este termo de consentimento por você e pelo(a) pesquisadora. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Carolina Barroso do Couto Moreira Gonçalves pelo telefone (21) 96459989 ou pelo e-mail: carolinamestrado2021@gmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante

Data: ___/___/_____

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Data: ___/___/_____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EGRESSOS DO PROFEPT

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada “A relevância da formação continuada sobre as práticas educacionais inclusivas aos educadores atuantes na educação profissional e tecnológica”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica / Colégio Pedro II e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. **OBJETIVO:** O objetivo do estudo é investigar o impacto da formação continuada dos professores e educadores atuantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com enfoque na educação especial e inclusiva.

2. **PROCEDIMENTOS:** A sua participação consistirá em: Você será convidado a participar de uma entrevista online semiestruturada através do Google Forms que durará aproximadamente 15 minutos, cujo objetivo é dialogar sobre as pesquisas que foram dedicadas a práticas inclusivas na educação profissional e tecnológica durante o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

3. **POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS:** Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar: timidez; nervosismo; por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a importância da formação continuada nas práticas pedagógicas inclusivas aos alunos com necessidades específicas. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

4. **GARANTIA DE SIGILO:** os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. **LIBERDADE DE RECUSA:** a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. **CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO:** a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua

participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você preencherá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que será enviado ao email cadastrado para seu livre acesso e da pesquisadora. Caso você concorde em participar, ao final da página e a última página será colocada por opção o aceite a este termo de consentimento por você e pelo(a) pesquisadora. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso a pesquisadora Carolina Barroso do Couto Moreira Gonçalves pelo telefone (21) 96459989 ou pelo e-mail: carolinamestrado2021@gmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante

Data: ___/___/_____

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Data: ___/___/_____

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO AOS EDUCADORES DA RFEPCT

Questionário pertencente à pesquisa para dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica sobre a relevância da formação continuada em práticas educacionais inclusivas aos professores e educadores atuantes na educação profissional e tecnológica, realizado pelos autores.

Parte I: Sobre o educador e sua vida acadêmica e profissional

1. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinale abaixo:

() Sim, li e aceito participar da pesquisa.

2. Qual é a sua atuação na educação?

() Professor(a)

() Gestor(a)

() Coordenador Pedagógico

() Apoio à Direção

() Área da Saúde: Psicólogo, Fonodólogo...

() Egresso ProfEPT

() Secretário(a) Escolar

() Outros...

3. Qual o tempo de atuação na profissão exercida?

() De 1 a 5 anos

() De 6 a 10 anos

() De 11 a 20 anos

() Mais de 20 anos

4. Atua em quais segmentos? (Pode marcar mais de uma opção)

() Educação Infantil

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

Ensino Médio Integrado

ProEJA

Outros

5. Sua carga horária é:

Até 16 horas/semana

Até 25 horas/semana

Até 40 horas/semana

Mais de 40 horas/semana

6. Dentro desta carga horária, qual é o tempo dedicado ao planejamento/formação?

7. Qual a sua formação acadêmica? (indique a maior formação acadêmica)

Licenciatura

Pós-graduação Latu Sensu

Mestrado

Doutorado

8. Na sua formação inicial (graduação) para atuar na área, você teve disciplinas e/ou formações para o ensino inclusivo de alunos público alvo da educação especial?

Sim

Não

Se sim, você acredita que esta formação lhe auxiliou na prática educacional? Conte-nos:

9. Numa escala de 1 a 5, onde 1 é o menor grau e 5 o maior, quanto você considera a importância da formação continuada na sua prática profissional com alunos público alvo da educação especial?

1

2

3

4

5

Na unidade escolar onde você atua é inclusiva, tanto espacialmente, estruturalmente, quanto nas propostas pedagógicas?

Não

Em partes, sim.

Sim, em todos os âmbitos.

11. O órgão/instituição onde trabalha promove a formação continuada sobre educação inclusiva?

Sim, ao longo do ano.

Sim, bimestralmente.

Sim, mas pontualmente.

Não contemplam.

12. Numa escala de 1 a 5, onde 1 é o menor grau e 5 o máximo, qual é sua avaliação sobre as formações propostas pela unidade escolar sobre educação inclusiva?

1

2

3

4

5

13. Você já fez ou faz formação continuada por conta própria, objetivando aprimorar o seus conhecimentos sobre educação especial?

Sim, até 2 cursos

Sim, até 5 cursos

Sim, até 10 cursos

14. A unidade escolar onde você atua possui um setor/ núcleo específico aos alunos com necessidades especiais?

() Sim

() Não

Se sim, você tem conhecimento das ações desenvolvidas por este setor/núcleo? Cite uma:

15. Você conhece alguma(s) lei(s) que discorre(m) sobre pessoas com necessidades especiais ou educação especial/inclusiva?

() Não

() Sim

16. Atualmente, você se sente capacitado(a) para atuar em um processo de inclusão no espaço escolar? Discorra um pouco sobre:

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO AOS EGRESSOS DO PROFEPT

Questionário pertencente à pesquisa para dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica sobre a relevância da formação continuada em práticas educacionais inclusivas aos egressos do ProfEPT que participaram das entrevistas na composição do produto educacional, realizado pela autora.

- 1- Qual é a sua atuação profissional?
- 2- Quanto tempo você tem de atuação e formação, na sua área?
- 3- Fale sobre sua experiência sobre a perspectivas da inclusão e práticas educativas que você conheça:
- 4- Você acredita que a formação continuada dos educadores impacta na formação de estudantes com necessidades específicas? De que forma?
- 5- Como você percebe o processo de formação versus a prática real de atuação com os alunos com necessidades específicas?
- 6- Na instituição pesquisada em sua dissertação, você pôde perceber estruturas de formação permanente voltadas à práticas inclusivas?
- 7- As ações propostas para inclusão na sua pesquisa ainda estão em funcionamento ou foram pontuais?